



# Land Access and Participatory Territorial Development

## DIAGNÓSTICO SOBRE O ACESSO A TERRA E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO

TERRITÓRIO DO SERTÃO DO PAJEÚ  
(Versão Preliminar)

**DIAGNOSTIC STUDY OF LAND ACCESS AND  
PARTICIPATORY TERRITORIAL DEVELOPMENT:  
SERTAO DE PAJEU, PERNAMBUCO**

*PRELIMINARY REPORT*

A Research Paper for DFID  
Central Research Department  
(Project R8736)

**August 2006**

**Neyde Nóbrega Nery** (ASSOCENE) *Coordenação:*  
**Jeanne Duarte** (ASSOCENE) *Coordenação do Diagnóstico:*  
**Debora Costa** *Equipe Técnica*  
**Mônica Rodrigues** *Equipe Técnica*  
**José Carlos Silva Santos** (COOPAGEL) *Entrevistas e levantamentos*

Recife-PE, Agosto de 2006

## Sumário

Apresentação.....	03
1. Como foi feito o Diagnóstico Participativo.....	03
2. Conhecendo o Território do Sertão do Pajeú.....	04
2.1. Caracterização.....	05
2.2. População do território.....	06
2.3. Indicadores de Desenvolvimento Sócio-econômico.....	09
3. A realidade através da lente dos assentados.....	23
3.1. Infra-estrutura nos assentamentos.....	23
3.2. Atividade Agropecuária nos assentamentos.....	26
3.3. Acesso às linhas de crédito.....	27
3.4. Divulgadores de Crédito.....	28
3.5. Melhoria da qualidade de vida a partir do crédito.....	28
3.6. Os problemas que permanecem.....	29
3.7. Os motivos dos problemas.....	30
3.8. As práticas adotadas para o enfrentamento dos problemas.....	28
3.9. Os investimentos realizados.....	31
3.10. As organizações existentes nos assentamentos.....	31
4. O seminário Territorial.....	32
5. Recomendações para as políticas públicas.....	33
6. Anexos.....	37

## **Apresentação**

O diagnóstico teve como norte “*entender como os recursos das políticas públicas de acesso a terra potencializaram o desenvolvimento no território do Sertão do Pajeú*” (Projeto Milagres). Deste modo, parte de um princípio positivo - as políticas públicas potencializando o desenvolvimento do território.

Neste documento, as informações obtidas nas entrevistas com os assentados(as) e por ocasião do Seminário Territorial são contextualizadas e analisadas a luz dos indicadores do território do Sertão do Pajeú, na perspectiva de indicar as possíveis alternativas de ação para melhoria da qualidade de vida dos(as) assentados(as). Para a elaboração do diagnóstico do Território foram utilizados como fontes o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, Agência Condepe-FIDEM do Governo do Estado de Pernambuco, Projeto Dom Hélder Câmara, Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE) e informações do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) em processo de elaboração pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

A investigação junto aos assentados (as) e entidades centrou-se em alguns aspectos da realidade socioeconômica dos assentamentos, na política de crédito acessível aos assentados e nos investimentos feitos pelas três esferas de governo e de outras entidades que atuam na área. As informações coletadas junto aos assentados(as) corroboram os dados coletados nas fontes secundárias, mas apresentam uma outra qualidade pelo fato de trazer o olhar dos atores ao mesmo tempo em que provoca um processo de reflexão e mobilização social dos assentados.

Neste documento, amplia-se a leitura da realidade dos assentamentos a partir da comparação dos dados secundários com os dados levantados junto aos assentamentos, além de trazer algumas proposições para o debate das políticas públicas no apoio a melhoria da qualidade de vida das famílias de assentados(as). O resultado deste trabalho será apresentado e discutido com os assentados(as) em uma oficina que deverá ocorrer no mês de novembro de 2006.

## **1. Como foi feito o Diagnóstico Participativo**

---

A metodologia baseou-se em um diagnóstico participativo, feito por amostragem, envolvendo como atores do processo os próprios assentados/as e entidades que atuam na área. A metodologia adotou três instrumentos, entrevistas, um seminário territorial de socialização e aprofundamento/ampliação das informações coletadas, e dados secundários.

A metodologia adotada para o diagnóstico junto aos assentados(as) privilegiou o diagnóstico como um processo, que não se resume a um momento, mas que pode ser elaborado como uma etapa que alimenta as ações já desenvolvidas e que tem como estratégia ser um instrumento educativo e conseqüente do ponto de vista da perspectiva da mobilização e envolvimento dos atores locais.

Foram escolhidos os municípios de **Tuparetama, Afogados da Ingazeira, Ingazeira e Igaracy** para compor a amostra, sob alguns critérios: a) áreas que são beneficiados pelo Projeto Dom Hélder Câmara, b) o conjunto destes municípios contemplam os vários programas de acesso a terra, c) são municípios próximos ao campo de atuação da afiliada Coopagel, d) o nível de atuação dos Sindicatos Rurais da região, e) estão dentro do território do Sertão de Pajeú da SDT/MDA.

Nestes municípios os assentamentos foram escolhidos de acordo com a época em que ocorreram. Uns assentamentos são mais antigos e outros mais novos, a diversidade de assessorias e entidades atuando como apoio e históricos de assentamento diferenciado foram considerados nas escolhas. A amostra contou com um total de dezesseis assentamentos.

As entrevistas foram realizadas em 2004, com um roteiro prévio com homens e mulheres adultos e jovens individualmente e em grupos, as opções se devem a captar as opiniões de diferentes gerações e de gênero. Também foram realizadas entrevistas com entidades que atuam na área. Foi entrevistado um total de 40 (quarenta) pessoas, sendo 15 homens adultos e 13 mulheres, 12 jovens.

Paralelamente, foram recolhidos alguns dados secundários sobre o território e o Estado de Pernambuco (econômicos, sociais, políticos e culturais) que compuseram um perfil sintético do território.

O Seminário Territorial, também realizado em 2004, contou com a participação dos representantes dos assentamentos entrevistados, de Sindicatos Rurais, representantes da FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco, de algumas entidades de Assessoria, de membro da prefeitura de Afogados de Ingazeira e um membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento, da Assocene e Coopagel.

O Seminário foi composto de três partes, a socialização dos dados coletados referentes aos assentamentos, o aprofundamento e ampliação destes dados e os encaminhamentos. Durante o aprofundamento, foram retiradas as dúvidas e houve o amadurecimento de algumas questões apresentadas nas entrevistas. No tocante aos encaminhamentos, os assentados(as) elaboraram um Plano de Trabalho em prol da organização dos assentados/as do território.

Aqui deve referir também ao seminário com a Comissão dos Assentados planejado para Novembro 2006

## **2. Conhecendo o território do Sertão do Pajeú**

---

As análises contidas neste capítulo foram levantadas e sistematizadas em 2006, com o objetivo de aprofundar as informações contidas no perfil inicial do território, o qual foi produzido em 2004 e apresentado aos assentados por ocasião do Seminário Territorial .

## 2.1. Caracterização

O território do Sertão do Pajeú<sup>1</sup> está formado por 3 microrregiões ( “microrregiões” neste contexto são áreas de planejamento designadas pelo governo do estado?) e compostas por 20 municípios localizados no Sertão Pernambucano e o principal acesso se dá através das BR’s 232 e 320.

- **Microrregião do Pajeú:** Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Igauraci, Ingazeira, Itapetim, Quixabá, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo e Tuparetama.
- **Microrregião Salgueiro:** Mirandiba, São José do Belmonte
- **Microrregião Sertão do Moxotó:** Sertânia



O território limita-se ao Norte e ao Leste com o Estado da Paraíba, ao Sul com as Regiões de Desenvolvimento<sup>2</sup> do Sertão do Moxotó e Itaparica e ao Oeste com a RD do Sertão Central.

O clima do Sertão do Pajeú é semi-árido, com temperaturas elevadas, chuvas escassas e rios temporários. O principal rio é o Pajeú. A Bacia

<sup>1</sup> O território tomado como referência é o mesmo adotado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

<sup>2</sup> O Estado de Pernambuco está dividido em 12 Regiões Administrativas denominadas Regiões de Desenvolvimento-RD: Araripe, Sertão Central, Sertão do Pajeú, Sertão do Moxotó, Sertão do São Francisco, Itaparica, Agreste Central, Agreste Setentrional, Agreste Meridional, Mata Norte, Mata Sul e Região Metropolitana.

hidrográfica do Rio Pajeú representa 17,02% do Estado de Pernambuco. É o maior afluente no Sub-médio Rio Francisco.

O Rio Pajeú nasce na Serra do Balanço (ou da Balança), município de Brejinho entre os Estados de Pernambuco e Paraíba. Percorre uma distancia de 347 km ate desaguar no lago formado pela Barragem de Itaparica no Rio São Francisco. Margeia as cidades de **Itapetim, Tuparetama, Ingazeira, Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Flores, Calumbi, Serra Talhada e Floresta.**

Existência de bacias sedimentares com possibilidade de captação de água subterrânea de boa qualidade com maior potencial no município de Flores.

A vegetação é xerófila. O pau de Jangada, Sucupira, Ipê, Juazeiro, Aroeira, Mandacaru, Jatobá e Angico são característicos da região .

Os solos predominantes são os Luvisolos, de profundidade variável, em geral rasos, tendendo a Neossolos Litólicos, quando ainda mais rasos, pedregosos e rochosos. Também ocorrem Neossolos Regolíticos, de textura e profundidade variável, em geral arenosos e rasos. Nas áreas de maior altitude ocorrem manchas de Latossolos, em geral eutróficos, mesclados a Argissolos.

A variação espacial é a maior entre os territórios. A maior parte da área é coberta por caatinga nativa, que dá suporte à pecuária extensiva. A vegetação é mais abundante no lado leste do território, onde fica a maioria dos municípios.

A precipitação tende a diminuir das partes mais altas às mais baixas, com valores que descem de 1000 até 500 mm. A topografia e a rede de drenagem dão espaço para a existência de inúmeros açudes e barragens, que perenizam os grandes rios. A água subterrânea é pouca e freqüentemente salina. As águas represadas permitem irrigação nos vales.

Fonte: Projeto Dom Hélder Câmara

## **2.2. População do território**

A população do território corresponde a 3,8% da população do Estado de Pernambuco<sup>3</sup>. Podemos observar que houve uma diminuição na população rural , total na última década, junto com um incremento significativo da população urbana, enquanto a população total esta quase a mesma.

### **População Residente no Território do Pajeú**

<sup>3</sup> O detalhamento da população dos municípios encontra-se em anexo( Ver Anexo 1)

1991			2000		
Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
<b>379.860</b>	<b>169.565</b>	<b>202.847</b>	<b>373.925</b>	<b>198.340</b>	<b>169.595</b>

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

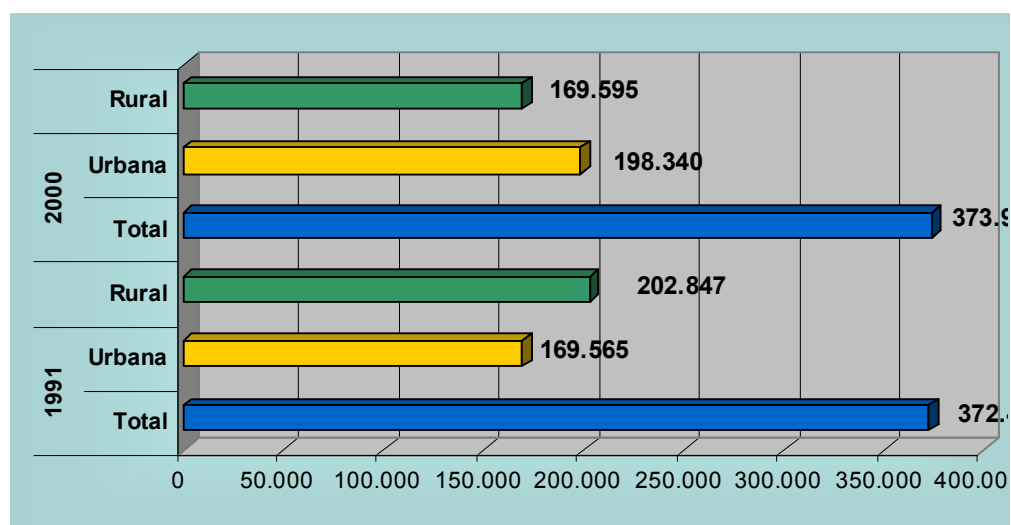
O município de maior extensão territorial e que também tem a maior população é **Serra Talhada** com 2.952,8 km<sup>2</sup> e 70.912 ha, seguido de **Sertânia** (2.359,4 km<sup>2</sup>) e **São José do Belmonte**(1.491,0 km<sup>2</sup>). Os menores municípios são **Brejinho** com 84, 8 km<sup>2</sup> e **Santa Cruz da Baixa Verde** (90,8 km<sup>2</sup>).

As maiores densidades demográficas estão em **Santa Cruz da Baixa Verde**(119,2 há/km<sup>2</sup>), **Afogados da Ingazeira**(85,3) e **Brejinho**(85,5). Os municípios com menor densidade demográfica são **Iguaraci** ( 14,8 hab/km<sup>2</sup> ), **Sertânia** ( 13,47 ha/km<sup>2</sup> ) e **Ingazeira**( 18,5 ha/km<sup>2</sup>).

**A População Economicamente Ativa (PEA)** que corresponde ao quantitativo de pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa no território do Sertão do Pajeú corresponde a 77,14 % da população total(2888.447 hab).

Em termos de localização a população do território apresentou uma aceleração na urbanização no período de 1991-2000. Neste período o percentual em 2000 da população urbana cresceu de 46% para 54% da população. A população rural diminuiu de 54% para 46%.

### População por localização, 1991-2000



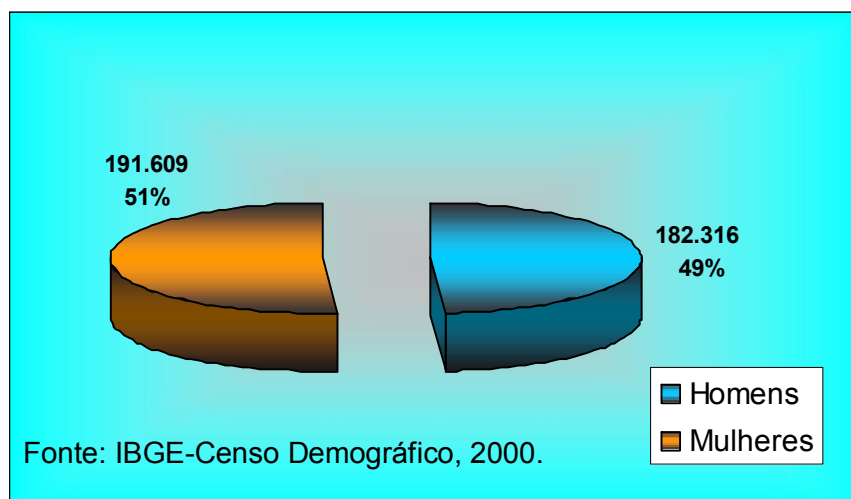
Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 1991

### População por Gênero, 2000



Em termos de distribuição de gênero a população do Sertão do Pajeú é relativamente equilibrada, sendo 51% representada por homens e 49% por mulheres.

Este dado aponta para a importância da participação das mulheres nas ações e políticas para o desenvolvimento do território



Existem no território 10(dez) comunidades de remanescentes de quilombos no território das quais 06(seis) são reconhecidas pela Fundação Palmares. Estas comunidades representam uma média de 730 famílias no território.

#### Comunidades Quilombolas no Território

Município	Comunidade	Data de reconhecimento
Afogados da Ingazeira	Leitão	19/08/2005
	Umbuzeiro	---
Mirandiba	Araçá	12/07/2005
	Cururu	12/07/2005
	Feijão	---
	Januário Grande	---
	Pedra Branca	12/07/2005
	Serra Verde	12/07/2005
	Posse	Em processo
Quixabá	Sítio Gia	---
São José do Egito	Queimada do Zé Vicente	12/07/2005
Triunfo	Livramento	---

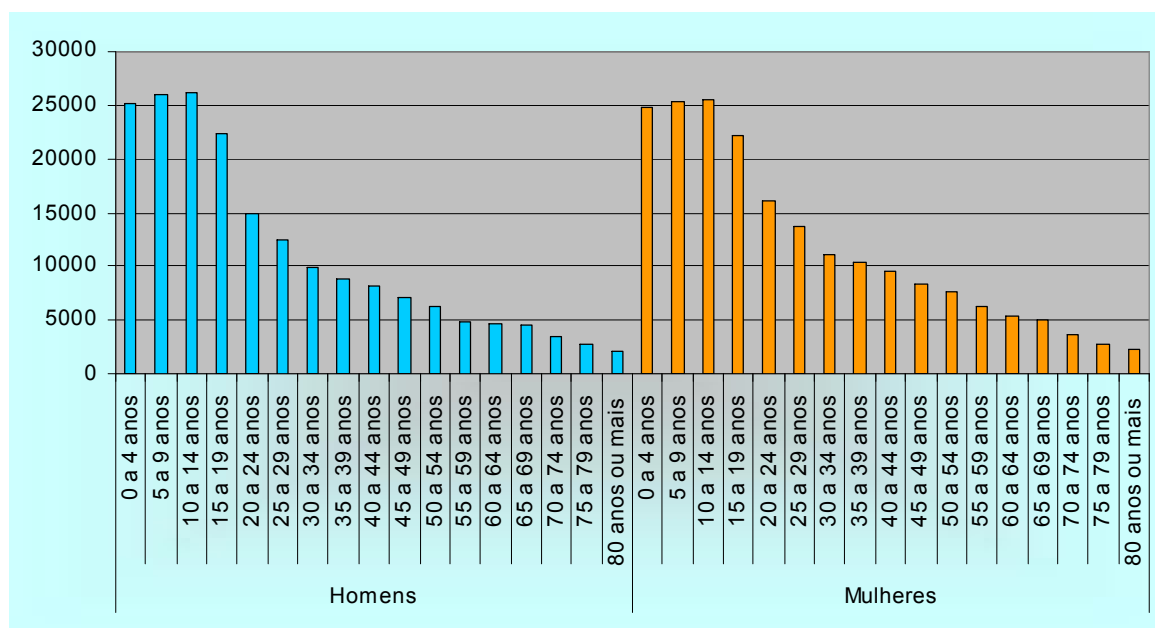
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Pajeú

A população por faixa etária mais significativa em termos populacionais é de crianças e jovens, sendo o percentual de pessoas entre 0 e 24 anos de 55% da população total. A população com 25 anos e mais, representa 39% da população e a população com mais de 65 anos apenas 6%.

Estes dados apontam para a importância de ações e políticas que invistam na população jovem no sentido de sua inserção no processo de desenvolvimento da região, com políticas de educação e especialmente de inserção nos processos produtivos para geração de renda

assegurando o seu interesse em investimento no desenvolvimento e fixação no território.

### População por faixa etária e sexo, 1991



Fonte: IBGE, Censo Demográfico – 1991

A população de agricultores familiares, acampados e assentados no território corresponde a 9,58% da população do território (373.925 ha – IBGE 2000), conforme a tabela apresentada a seguir:

### População Agricultores familiares, acampados e assentados

Município	Agricultores Familiares IBGE	Famílias acampadas INCRA	Famílias Assentadas INCRA	Demanda Social
<b>TOTAL</b>	<b>35.850</b>	<b>1.005</b>	<b>725</b>	<b>37.580</b>

Fonte: Sistema de informações Territoriais da SDT, 2006

Embora constituem fragmentos relativamente pequenas da população rural (a cediça de 2% cada no caso dos assentados e quilombolas, e 2.7% no caso das acampadas) Qualquer proposta de política de apoio aos agricultores familiares deverá considera o acesso a terra nos processos de reforma agrária e do reconhecimento dos Quilombolas como estratégias de fortalecimento da agricultura familiar e políticas de combate à pobreza e exclusão social, sobretudo, mobilizar recursos na construção de novas experiências de convivência com o semi-árido, que incorpore a dimensão de gênero e de geração.

## 2.3. Indicadores Sócio-econômicos de Desenvolvimento

- Índice de Desenvolvimento Humano(IDH-M)

O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)** é um indicador criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998 e foi publicado pela primeira vez em 1990. Analisa a realidade dos municípios a partir de indicadores de Educação, Longevidade e Renda. O IDH mede o nível de desenvolvimento humano dos países e unidades da federação a partir de indicadores de **educação** (alfabetização e taxa de matrícula), **longevidade** (expectativa de vida ao nascer) e **renda** (PIB per capita). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).

IDH até 0,499 – Desenvolvimento Humano Baixo  
 IDH entre 0,500 e 0,799 – Desenvolvimento Humano Médio  
 IDH acima de 0,800- Desenvolvimento Humano Alto

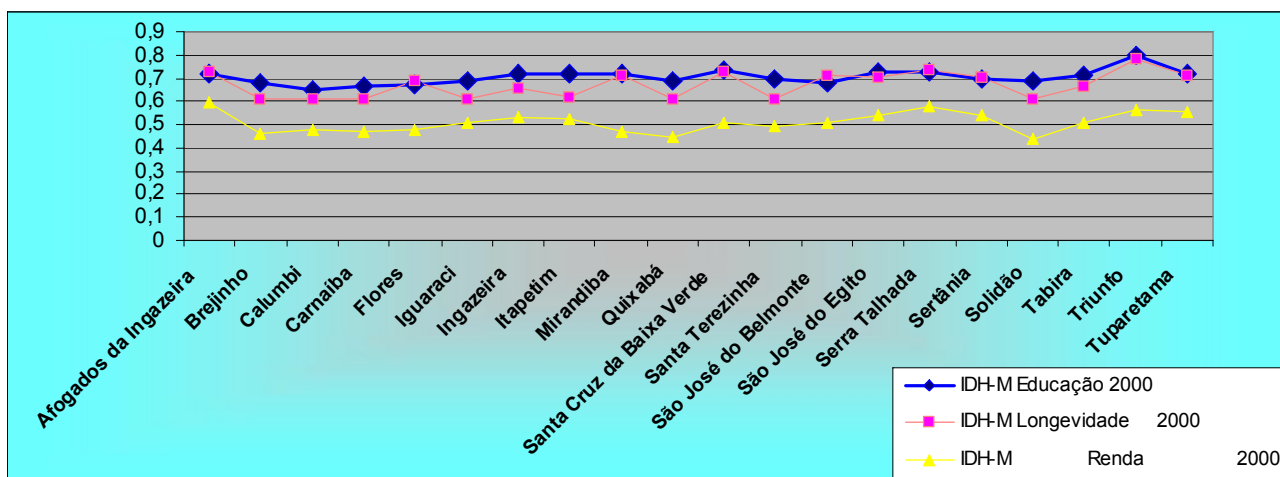
De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano em 2000 o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no Brasil era de 0,764 e de Pernambuco 0,705. O território apresentou uma evolução positiva na última década ( 0,532-0,630) colocando-se entre territórios com nível de desenvolvimento humano médio.

Entre os municípios do território em 2000 os melhores índices estão **Triunfo** (0,714), **Afogados da Ingazeira**( 0,683) e **Serra Talhada**( 0,682).

Os municípios de Brejinho, Calumbí, Carnaíba, Quixabá, Santa Terezinha e Solidão que em 1990 apresentavam indicadores de Baixo Desenvolvimento Humano em 2000 passaram a apresentar indicadores de médio Desenvolvimento Humano. O município com pior índice de desenvolvimento no período de 1990-2000 foi Calumbí(0,476-0,58).

A dimensão que mais contribuiu com o desenvolvimento do território foi a Educação, seguida da Longevidade, conforme ilustra o gráfico a seguir:

**IDH-M Educação, Longevidade e Renda, 2000**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

### ▪ Condições de Saúde e Educação

As Taxas de analfabetismos e de Educação no território demonstram que houve melhorias nas condições de educação da população do território. O indicador **Taxa de Analfabetismo**, de acordo com o IBGE, mede a percentagem das pessoas analfabetas (aquelas que não sabem ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem) de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

A taxa de analfabetismo por faixa etária no território apresenta-se um pouco abaixo das médias do Nordeste, do Estado e dos país. São mais elevadas entre a população adulta e no período de 1991-2000 apresentou uma redução expressiva entre a população jovem entre 15 e 24 anos.

#### Analfabetismo por faixa etária, 1991-2000

Unidade Espacial	1991				2000			
	7 a 14 anos Infância	15 a 17 anos Juventude	18 a 24 anos Juventude	25 anos e mais Adultos	7 a 14 anos Infância	15 a 17 a 24 anos Juventude	18 a 24 anos Juventude	25 anos e mais
Média no território	36,13	25,67	27,86	50,79	11,59	8,58	14,57	39,86
Nordeste	<b>34,94</b>	<b>25,16</b>	<b>28,41</b>	<b>43,84</b>	<b>13,301</b>	<b>9,31</b>	<b>15,69</b>	<b>32,48</b>
Pernambuco	29,48	21,37	24,88	38,21	12,88	9,01	13,7	28,31
Brasil	25,07	11,40	11,38	22,80	12,36	4	5,68	16,04

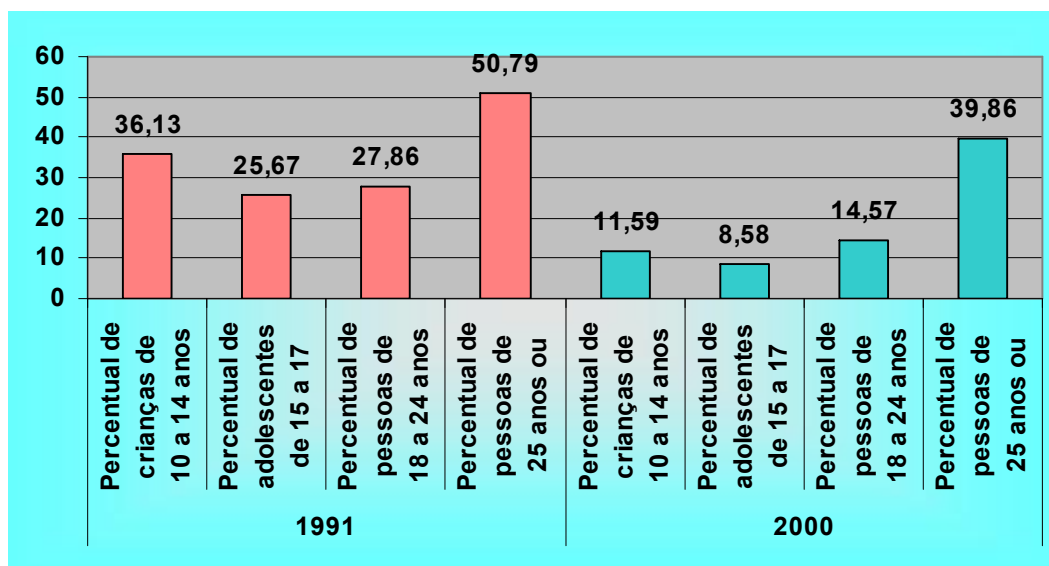
Fonte : Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

No período 1991-2000 a taxa de analfabetismo no território apresentou a uma evolução positiva em todas as faixas etárias de acordo com os dados do Mapa do Analfabetismo no Brasil.

A menor taxa de analfabetismo em 2000 estava no município de Triunfo(26,71%). As maiores taxas de analfabetismo estavam nos municípios de Calumbí(48,58%), Solidão(47,55%) , Flores(46,73%),

Brejinho(46,1%), Quixabá( 44,16%), Iguaraci(42,3%), São José do Belmonte(41,89%) e Santa Terezinha(41,54%).

### Evolução do Analfabetismo por faixa etária no Território, 1991-2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

O indicador **Taxa de Alfabetização** mede o percentual das pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples. No território do Sertão do Pajeú em no período 1991-2000 esta taxa também apresentou uma evolução positiva ( 54,58% e 66,96% ).

No território esta taxa apresentou uma melhoria expressiva no período 1991-2000, acompanhando a média do Estado. No entanto ainda, encontra-se bastante abaixo da média do país.

### Alfabetização no território

Unidade Espacial	1991	2000
Taxa no território	54,58	66,96
Pernambuco	58,51	70,35
Brasil	79,93	86,37

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil,2000

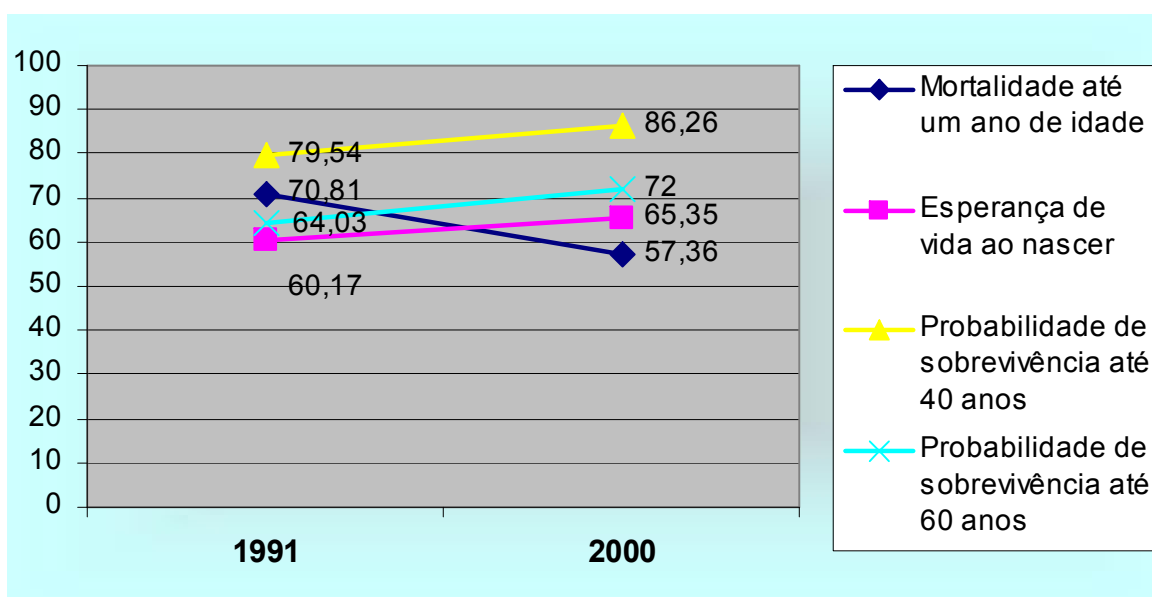
Os municípios com as melhores taxas de alfabetização no território em 2000 são: **Triunfo** (77,29), **São José do Egito** (70,93), **Afogados da Ingazeira** (70,52), **Serra Talhada** (70,47) e **Santa Cruz da Baixa Verde** com 70,22%. Calumbí era o município com a pior taxa de alfabetização (59,54%).

Os indicadores de longevidade (**Mortalidade infantil, Esperança de Vida ao Nascer, Probabilidade de Sobrevivência**) também refletem

uma melhoria na qualidade de vida da população em relação às condições de saúde e de sobrevivência no território na última década.

Os indicadores de Esperança de vida ao nascer, Taxa de Mortalidade Infantil e Probabilidade de Sobrevivência demonstram que houve melhorias nas condições de saúde e de sobrevivência da população do território. O indicador **Esperança de vida ao nascer** mede o número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade. O indicador **Taxa de mortalidade infantil** mede a frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil. Expressa-se para cada mil crianças nascidas vivas.

### Indicadores de Longevidade no território



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Em 1991 Pernambuco tinha o melhor valor para o indicador de Esperança de vida ao nascer entre os Estados do Nordeste (62,04). A média do território acompanhava o comportamento no Estado e no país, o que reflete boas condições de vida em relação às condições de sobrevivência da população.

A mortalidade infantil apresentou uma redução significativa no período de 1991-2000, acompanhando as médias nacional, da região nordeste e no estado e refletindo melhorias nas ações de saúde infantil no território.

### Indicadores Longevidade, 1991-2000

Localidades	1991				2000			
	Mortalidade até um ano de idade	Esperança de Vida	Probabilidade de Vida até 40 anos	Probabilidade de Vida até 60 anos	Mortalidade até um ano de idade	Esperança de Vida	Probabilidade de Vida até 40 anos	Probabilidade de vida até 60 anos
Brasil	48,72	64,73	86,90	70,92	34,04	66,61	90,43	76,63
Nordeste	69,54	59,97	81,79	63,63	47,79	64,83	85,94	71,39
Pernambuco	62,55	62,04	81,59	63,34	47,31	67,32	88,09	75,31
Média Território	70,81	60,17	79,54	64,03	57,36	65,35	86,26	72

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

#### ▪ Renda, desigualdade, pobreza e indigência no território

Segundo a sistematização de dados feita pela FETAPE-Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, o rendimento médio da população do território do Sertão do Pajeú não ultrapassa R\$ 274,00(duzentos e setenta e quatro reais), um valor bastante baixo para a média de 3,97 pessoas/domicílio, dados que corroboram com os percentuais de pobreza no território de acordo com o PNUD:

Tabela: Renda, desigualdade, indigência e pobreza, 2000

Município	Renda per Capita, 2000	Índice de Gini, 2000	Intensidade da pobreza, 2000	Intensidade da indigência, 2000
Afogados da Ingazeira	140,66	0,66	55,8	55,05
Brejinho	62,14	0,61	67,05	70,66
Calumbí	67,29	0,6	63,28	60,66
Carnaíba	65,82	0,6	66,05	65,2
Flores	69,72	0,54	59,3	54,92
Iguaraci	83,1	0,6	57,6	51,39
Ingazeira	97,02	0,58	52,35	52,81
Itapetim	88,69	0,6	63,05	65,53
Quixabá	55,97	0,68	73,73	73,66
Santa Cruz da Baixa Verde	80,57	0,53	53,85	46,73
Santa Terezinha	75,51	0,55	58,71	55,15
São José do Egito	97,28	0,59	56,24	58,1
Serra Talhada	126,98	0,59	49,95	47,03
Solidão	55,21	0,6	67,07	65,41
Tabira	82,95	0,6	62,38	60,88

Triunfo	113,13	0,6	55,5	51,42
Tuparetama	109,04	0,62	55,64	60,8
<b>MEDIA TERRITORIO</b>	<b>86,53</b>	<b>0,59</b>	<b>59,85</b>	<b>58,55</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

O indicador **Intensidade de pobreza** mede a proporção de indivíduos com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo de 1º de setembro de 1991. O indicador **Intensidade de indigência** mede a proporção de indivíduos com renda familiar per capita inferior a ¼ de salário mínimo de 1º de setembro de 1991.

No Brasil, a intensidade de pobreza e de indigência, cresceu na última década. A intensidade de indigência era de 42,04(1991) e 53,87(2000). Já a intensidade de Pobreza era de 49,18% (1991) e de 49,68%(2000). No estado de Pernambuco em 1991 era 52,66 e em 2000, 52,32.

As médias de pobres e indigentes no Território são bastante preocupantes (59,85 e 58,55) destacando-se o município de **Quixabá** com a maior incidência (73,73 e 73,66). O menores percentuais de pobres encontra-se nos municípios de **Serra Talhada** (49,95), seguido de **Triunfo** ( 55,5), **Tuparetama**(55, 64) e **Afogados da Ingazeira**(55,8).

*[Comentário: Seria interessante aqui comentar sobre a desigualdade dentro do território, as variações entre os municípios em termos da renda e pobreza; os fatores que pudessem explicar essa variação, e a possibilidade (ou não) que uma política de desenvolvimento territorial rural no Pajeú podia eventualmente melhorar essa situação.]*

#### ▪ **Estrutura Fundiária do território**

Quanto à condição legal das terras dos produtores do território , em 1996, a maior parte são terras eram próprias (87%), sendo esta percentagem de 69,5% no Nordeste.

A maior parte das terras próprias situava-se nos municípios de **Sertânia, Serra Talhada, São José do Belmonte, Mirandiba e Afogados da Ingazeira**. As terras ocupadas constituíam 10% e terras arrendadas e em parceria 3%.

A maior parte das terras ocupadas também estavam nos municípios de **Serra Talhada** (20.654,42 ha) e **Sertânia** (9.875, 36 ha), **São José do Belmonte** (7.901,40 ha) e **Mirandiba**(4.125,46 ha).

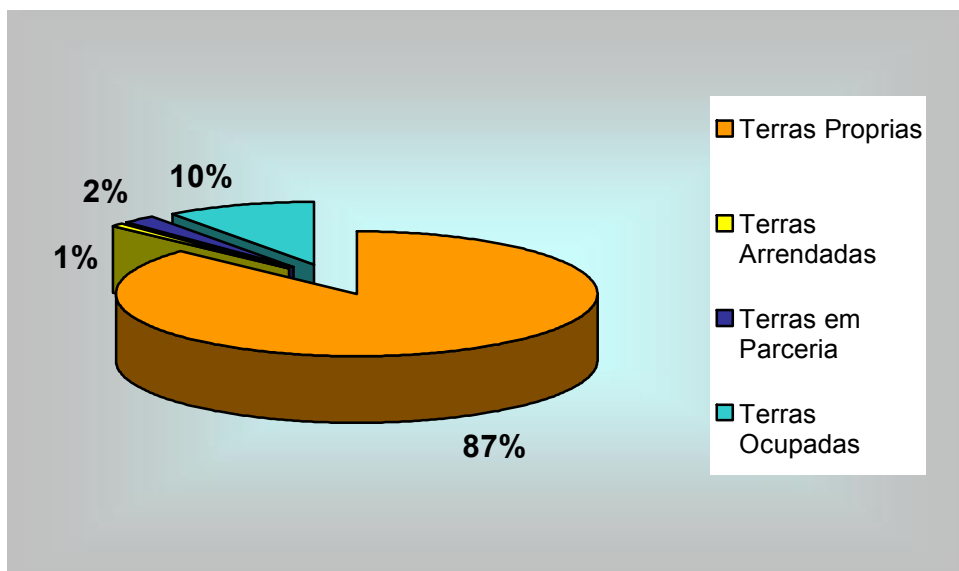
#### **Condição legal da Terra no Território**



	<b>Terras Próprias</b>	<b>Terras Arrendadas</b>	<b>Terras em Parceria</b>	<b>Terras Ocupadas</b>
TOTAL	<b>789.023,44</b>	<b>3420,048</b>	<b>23457,7</b>	<b>74.871,44</b>

Fonte: IBGE-Censo Agropecuário, 1996

### Área dos estabelecimentos por condição legal das terras, 1996.



Fonte: IBGE 1996- Censo Agropecuário

#### ▪ Principais Arranjos produtivos no Território

A economia da Região do Desenvolvimento do Pajeú, de acordo com dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco- Condepe/Fidem(2006) está baseada na **agropecuária**, na indústria, no comércio/serviços e no turismo. A principais cadeias produtivas são a Avicultura, o Turismo, a Bovinocultura de corte e a Caprinocultura.

A população economicamente ativa é de 125.240 habitantes, dos quais 112.381 estão ocupados nos seguintes setores produtivos: agropecuária (51,6%), comércio e serviços (12,0%), administração pública (5,3%) e Educação (5,0%). Os demais 26,1% estão distribuídos em outros

setores produtivos como indústria da transformação, construção civil, alojamento e alimentação, serviços domésticos, entre outros.

Serra Talhada é responsável por 31,4% do total do PIB da Região de Desenvolvimento do Sertão do Pajeú. Esse município destaca-se na indústria da construção civil, gerando 8,7% de emprego, e no comércio e serviços médicos, também com 8,7%. Afogados da Ingazeira destaca-se no setor de vestuário, que gera 4% do emprego e São José do Egito nos serviços médicos, com 7,6%.

O Setor de serviços é que tem gerado o maior número de empregos formais no território (72,22%), seguido do comércio (15%) e da indústria (10%). O setor agropecuário teve um menor impacto na geração de emprego no território (2,84%).

### **Agricultura**

As principais culturas temporárias no território são o **feijão** que representa da 50,56% (83.756 ha) da área plantada, seguido do **milho** 47,02% (77.900 ha). As demais culturas (algodão arbóreo, mamona, sorgo granífero e arroz) são cultivadas nos municípios, mas com menor expressão na produção das lavouras temporárias. A cultura do **milho** contribui com 73%(48.945 t) da produção das culturas temporárias no território, seguido do **feijão** com 24% (16.515). O Sorgo representa apenas 2%(1.592 t) e a Mamona 1% (713 t).

Em termos de produção as principais lavouras permanentes no território são: a **goiaba e a banana**. A **goiaba** representa 17,16% da área plantada e 60% do total da produção das principais lavouras. A **banana** representa 8,6% da área plantada e 24% da produção. Outras culturas como o **caju, manga, laranja, côco-da-bahia e algodão harbóreo** são cultivadas nos municípios, mas com menor expressão na produção das lavouras permanentes. Chama atenção a lavoura do caju que apesar de representar 53,53% da área plantada contribui com apenas 6% da produção total.

Apenas o município de Calumbí não produz goiaba. Os maiores produtores de goiaba são os municípios de Tabira, seguido de Flores e São José do Belmonte que juntos detêm 89,40% da produção do território.

A banana é produzida em 19 municípios do território, a exceção de Sertânia. Os maiores produtores são os municípios de Mirandiba, seguido de Triunfo, Calumbí e Serra Talhada que juntos detêm 69,11% da produção total do território.

As demais culturas são produzidas nos seguintes municípios:

**Tabela: Produção das culturas permanentes no território**

<b>Cultura</b>	<b>Municípios</b>
<b>Castanha de caju</b>	Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Flores, Iguaracy, Itapetim, Mirandiba e Quixabá, Santa Terezinha, São José do Belmonte, São José do Egito, Solidão, Tabira e Tuparetama.
<b>Manga</b>	Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Iguaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixabá, Santa Terezinha, São José do Belmonte, São José do Egito, Solidão, Tabira e Tuparetama
<b>Côco-da-bahia</b>	Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Iguaraci, Ingazeira, Itapetim, Mirandiba, Quixabá, Santa Terezinha, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Solidão, Tabira.
<b>Algodão Harbóreo</b>	Serra Talhada e Calumbi

Fonte : Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal, 2004

### Pecuária

O território concentra suas atividades na produção de **aves** (77%), seguido de **caprinos**(9%), **bovinos**(6%) e **ovinos**(6%)<sup>4</sup>. Os demais 2% distribuem-se entre a produção de suínos, muares e asininos

A avicultura é um dos principais arranjos produtivos do território. A produção de aves representa 77% do rebanho do território. O maior criador é **São José do Egito** com 35,86 % do rebanho do território e 4,7% da produção estadual. O abate e distribuição, que gera 20,3% de empregos diretos, são realizados em Afogados da Ingazeira. O segundo maior produtor de aves do território é **Itapetim** com 12,38% do rebanho. Os demais municípios do território detêm 51,76% do rebanho.

A caprinocultura representa 9,30% do total do efetivo de rebanhos do território. Os maiores produtores são **Sertânia** com 31,47% da produção, seguido de **Serra Talhada** com 21,25%. Os menores produtores são **Santa Terezinha** (0,49%), Triunfo(0,6%) e Brejinho (0,77%).

A bovinocultura representa 6,51% do efetivo de rebanhos do território. Os maiores produtores são **Serra Talhada** com 16,56% da produção, seguido de **São José do Egito** (9%), **São José do Belmonte** (7,21%), **Iguaraci** ( 7%), **Tabira**( 5,64%). Os menores produtores são **Calumbi**(0,6%), **Santa Cruz da Baixa Verde**(1,9%) e **Triunfo**(1,5%).

<sup>4</sup> Tabela com detalhamento do efetivo dos rebanhos em cada município em anexo.

A ovinocultura é uma atividade de baixa expressão no território apresentando o seguinte percentual do efetivo de rebanhos nos municípios: Sertânia ( 21%), Mirandiba(14%), Ingazeira(13%), São José do Belmonte ( 11%), Flores (10%), Carnaíba (9%), Serra Talhada( 9%), Igaraci (7%), Tabira(3%).

### **Turismo**

O Território faz parte do roteiro turístico “Circuito do Frio”. Este roteiro envolve municípios que apresentam baixa temperatura nos meses de julho e agosto. O roteiro envolve os municípios de Garanhuns, Gravatá, Pesqueira, Taquaritinga do Norte e Triunfo. Triunfo é a terceira cidade a receber o Circuito do Frio, quando acontece a tradicional Festa do Estudante. O clima varia entre 10° a 26° durante o ano.

O território apresenta vários atrativos turísticos naturais e culturais como apresentamos no quadro a seguir:

**Quadro: Atrativos Turísticos e Naturais do Território**

<b>Município</b>	<b>Atrativos Naturais</b>	<b>Atrativos Artísticos e Culturais</b>
Afogados da Ingazeira	Serra do Giz, em cujas encostas, encontram-se dezenas de desenhos rupestres, Pedra do Dinossauro, Casa da Rocha (Carapuça), as inscrições rupestres no Sítio Leitão, a cachoeira do Pinga e a barragem do Brotas.	Artesanato de bonecas de pano Côco de roda Festival Regional da Sanfona
Brejinho	Pedra Grande e a Gruta do Morcego Pedra dos Índios	Maracatu, coco de roda e frevo. Artesanato de cerâmica
Calumbi	Pedra do Letreiro, no Sítio Campos; a Serra dos Caititus, no Sítio Tamanduá; e a bela margem do Rio Pajeú, onde também se encontra uma casa antiga construída em 1928.	Bacamarte, xaxado, a dança de São Gonçalo, o reisado, o pastoril e a banda de pífano (maio, junho e julho) Artesanato de bordado, o crochê, trabalhos com cerâmica e pinturas
Carnaíba	A Serra da Matinha e a Serra do Cabeço das Quintas, Cruzeiro São João Maria de Vianney e o Santuário de Bom Jesus dos Remédios (Serra da Chichorra)	Ciranda, cavahada e do caboclinho, Companhia Municipal de Dança Otacílio, Artesanato de barro (foto), couro, crochê, tricô e o flandre.
Flores		peças bordadas e a produção de móveis

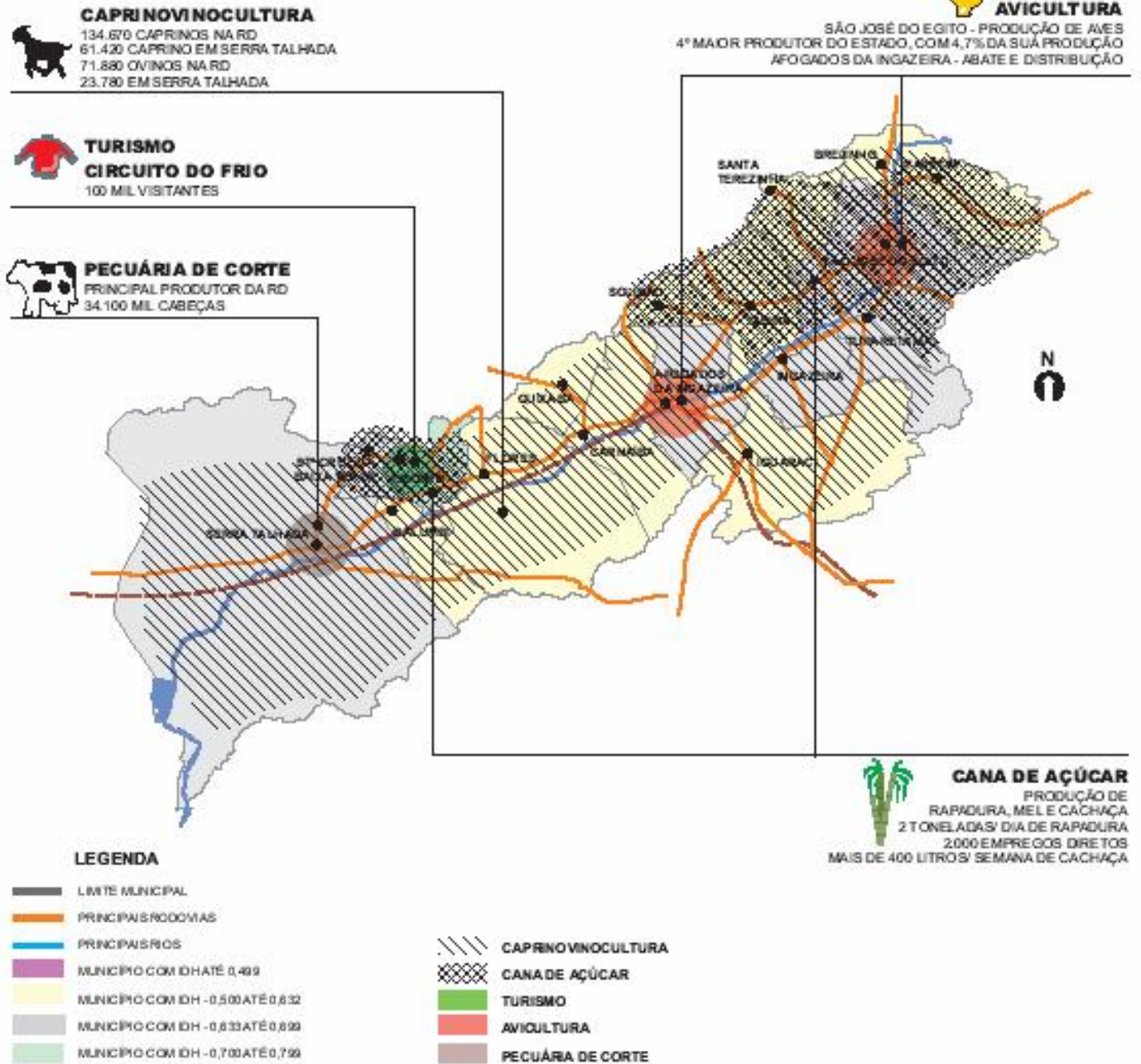
	-----	Reizado ( Dezembro e Janeiro) e dança de coco
Iguaraci	-----	Samba de Côco
Ingazeira	-----	
Itapetim	-----	Artesanato em madeira
Mirandiba	Pedra Comprida ou na Mangueira do Brejo.	Forro pé de serra, cidade natal de Luiz Gonzaga. Circuito do Vaqueiro de Ouro
Quixabá	Serra do Cruzeiro, Pedra do Quixó, Serra da Colônia, Cachoeira do Inferno.	Cantores e poetas populares
Santa Cruz da Baixa Verde	Capital da Rapadura: Feira da Rapadura; Serra da Panela	Bacamarteiros Artesanato de barro, bordados, esculturas em mel batido, trabalhos com cordas e palhas.
Santa Terezinha	Cachoeira do Quati, barragens José Antônio e Cascudo, engenhos de cana nos sítios Fundões e José Antônio.	Artesanato de madeira, serigrafias e pintura em tela.
São José do Belmonte	-----	Encenação anual da peça "Pedra do Reino" de Ariano Suassuna e a Cavalgada a Pedra do Reino (percurso de 30 km), Circuito do Vaqueiro.
São José do Egito	-----	Capital da Poesia Cantorias, Festival de Cantadores e Poesia Popular na Festa do Reino( 1ª semana de janeiro) Festa dos violeiros Artesanato de barro e crochê
Serra Talhada	Terra de Lampião onde está localizado o Museu do Cangaço Serra do Caldeirão Passeio pelas trilhas de Lampião	Xaxado
Sertânia	-----	Vaquejada
Solidão	Gruta Nossa Senhora de Lourdes	Bacamarteiros
Tabira	-----	Poetas (Missa do Poete) Reizado (dezembro) Artesanato de bordados, santos em cerâmica e madeira
Triunfo	<b>Na zona Urbana:</b> Lagoa João Barbosa Sitônio, do acervo histórico do Museu do Cangaço, do Cine Teatro	Caretas (carnaval)

	<p>Guarany, da casa velha do doutor Assis Timóteo, da Igreja do Rosário, da Matriz Nossa Senhora das Dores, do Convento Boaventura</p> <p><b>Na zona Rural:</b> 50 engenhos de cana de açúcar, o Pico do Papagaio (ponto mais alto do estado, com altitude medindo 1.260m), a Gruta de João Neco, a Furna da Lage e a Cachoeira do Grito, Cachoeira do Brocotó.</p>	
Tuparetama	-----	<p>Cidade da Paz'</p> <p>Festas do reisado, pastoril, ciranda, quadrilhas juninas, bumba-meu-boi, o cavalo-marinho e as quadrilhas juninas.</p> <p>Cia. de Danças Populares da cidade (foto)</p>

Fonte: Sertão Net- O portal do Sertão, agosto /2006  
Portal dos Municípios - Governo do Estado de Pernambuco, agosto-2006

## Mapa: Localização dos Principais Arranjos Produtivos no Território

### CADEIAS E ARRANJOS PRODUTIVOS



Fonte: Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco- Condepe/Fidem, 2006.

### **3. A realidade através das lentes dos Assentados**

---

Os dados coletados a partir das entrevistas realizadas em dezesseis assentamentos, com homens e mulheres adultos e jovens e o Seminário Territorial de aprofundamento das informações revelaram problemáticas e potencialidades que passam ao largo do conhecimento público e, muitas vezes, do poder público.

Reside nos assentamentos um total de 377 famílias, das quais 300 são assentados e 77 são famílias agregadas.

Os dados relativos à realidade a qualidade de vida das famílias assentadas foram categorizados da seguinte forma:

- 3.1. Infra-estrutura nos assentamentos
- 3.2. Atividade agropecuária nos assentamentos x infra-estrutura produtiva
- 3.3. Acesso às linhas de crédito
- 3.4. Divulgação das linhas de crédito para os assentados
- 3.5. Melhorias na qualidade de vida das famílias a partir do acesso ao crédito
- 3.6. problemas que permanecem apesar do crédito
- 3.7. motivos dos problemas
- 3.8. As práticas adotadas para enfrentar os problemas
- 3.9. Os investimentos realizados pelo poder público e outras entidades
- 3.10. As organizações existentes nos assentamentos

#### **3.1. Infra-estrutura nos assentamentos**

De acordo com pesquisa realizada pelo NEAD sobre os impactos regionais da reforma agrária<sup>5</sup>, em relação ao acesso a infra-estrutura em assentamentos a existência destes enquanto unidades territoriais e administrativas, que são

---

<sup>5</sup> CINTRAO, Rosângela. HEREDIA, Beatriz. LEITE, Sérgio. MEDEIROS, Leonide. PALMEIRA, Moacir. **Os impactos Regionais da Reforma Agrária- um estudo sobre áreas selecionadas**. NEAD-Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Rio de Janeiro, 2002 disponível no endereço: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=204>, acessado em agosto de 2006

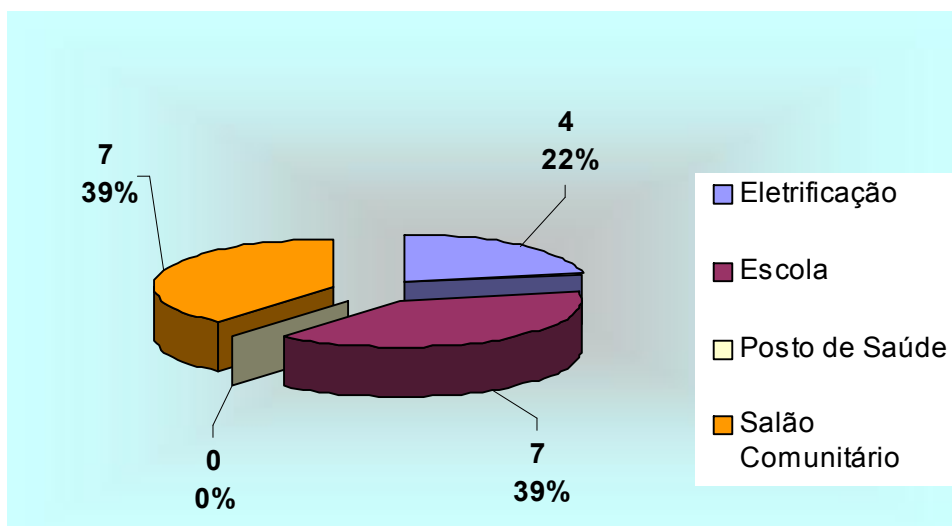


referência para políticas públicas, traz em si modificações na zona rural em que eles estão inseridos. Sua criação, na maioria dos casos, tem como consequência a ampliação das demandas de infra-estrutura (estradas, escolas, postos de saúde, energia elétrica, crédito etc.), para os órgãos públicos municipais e estaduais.

O programa “ Arca das Letras” foi implantado em dois assentamentos: Riacho da Onça( Afogados da Ingazeira) e Riacho dos Bois( Ingazeira).

Apesar da maioria dos assentamentos serem da década de 80 e 90, em termos gerais, a infra-estrutura social dos assentamentos pesquisados é bastante precária, com dificuldades principalmente nas áreas de saúde, educação. Em relação à telefonia de acordo com o Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado(PGMU), em decreto de 1998, as empresas concessionárias deveriam implantar acessos individuais até o final de 2001 em localidade com mais de mil habitantes e até dezembro de 2003 em todas as localidades com mais de 600 habitantes e até o final de 2005 em localidade com mais de 300 habitantes. Em relação aos orlhões públicos a meta era de instalação em comunidades com até 100 moradores até o final de 2005.

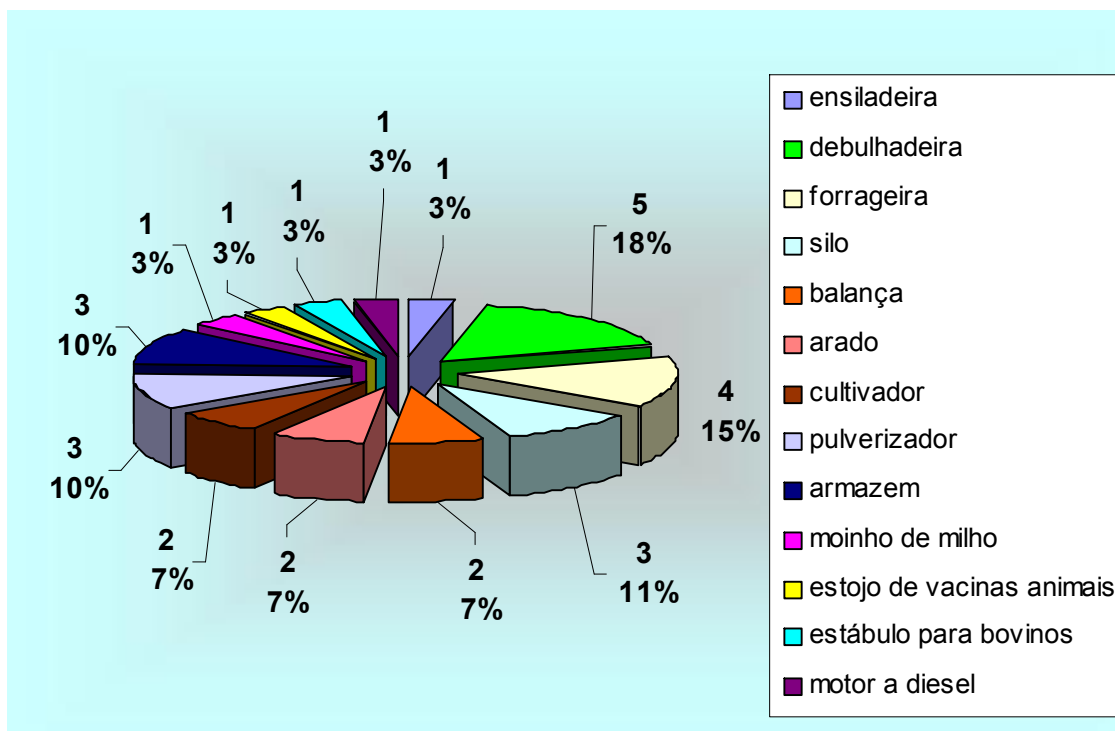
### Acesso a Infra-estrutura Social nos Assentamentos



Nos assentamentos pesquisados, apenas 06 possuem escola, nenhum possui posto de saúde para atendimento médico às famílias, o único posto que existe (Assentamento Jorge Ingazeira-Ingazeira) encontra-se desativado e apenas sete possuem salão comunitário importante para a realização das atividades sociais e organizativas dos assentados. Chama atenção à ausência de eletrificação rural nos assentamentos, de modo que apenas 04(quatro) são eletrificados, e em alguns casos, não a cobertura não é de 100%.

A infra-estrutura produtiva nos assentamentos também era bastante precária para o desenvolvimento das atividades produtivas presentes nos assentamentos (bovinocultura, caprino-ovinocultura, suinocultura e agricultura). Mesmo os armazéns, debulhadeiras, silos e forrageiras que apresentam um melhor percentual de ocorrência nos assentamentos, ainda muito baixo em relação para representar um impacto no desenvolvimento das atividades produtivas dos assentamentos do território.

### Infra-estrutura produtiva nos assentamentos

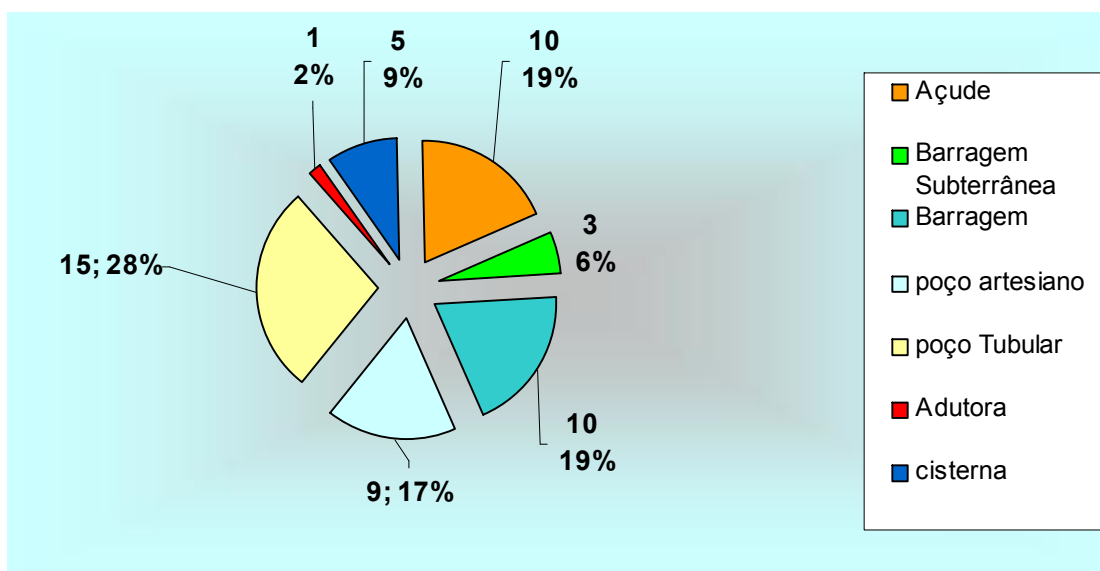


### Infra-estrutura hídrica

A infra-estrutura hídrica tem uma importância especial pelo seu impacto nas diversas áreas de desenvolvimento para as famílias, desde a saúde pela melhoria da qualidade da água e redução de doenças veiculadas por meios hídricos e de higiene, até o desenvolvimento de atividades produtivas, na melhoria de condições para as crianças na escola e especialmente na qualidade de vida e ampliação do tempo das mulheres para investimento em atividades produtivas e de apoio ao bem estar da família. Nos assentamentos esta infra-estrutura ainda é bastante precária.

O destaque é para as barragem e os poços tubulares. Estes últimos são em maior número nos assentamentos, principalmente no Assentamento Mata Verde em Iguaraci ( 11) onde vivem 18 famílias. A adutora encontra-se no assentamento Jorge Ingazeira em Ingazeira. Apesar do levantamento não ter identificado o número total de cisterna, estas aparecem apenas cinco assentamentos, de modo que podemos supor que ainda são em número muito pequeno para o universo de famílias moradoras dos assentamentos (377).

### Infra-estrutura hídrica nos assentamentos



### 3.2. A atividade Agropecuária nos assentamentos

A bovinocultura e a ovino-caprinocultura está presente em todos os municípios, enquanto que a criação de galinhas é desenvolvida apenas nos municípios de Iguaraci e Tuparetama e a suinocultura em Ingazeira e Iguaraci.

**Tabela: Atividade Pecuária nos Assentamentos, 2004**

Atividade	Afogados da Ingazeira	Ingazeira	Iguaraci	Tuparetama
<b>Bovinicultura</b>	Riacho da Onça	Bom Nome, Riacho dos Bois e	Malhada do Riachão, Serra Branca	Barriguda, Santo Izidro e Jardim

		Riachão	I, Mata Verde, Ramada da Quixabeira, Cajueiro e Caldeirões	
<b>Criação de Galinha Caipira</b>	-----	-----	Malhada do Riachão Serra Branca I, Mata Verde, Ramada da Quixabeira, Cajueiro	Assentamento Santo Izidro
<b>Ovinos</b>	Riacho da Onça	Bom Nome, Riacho dos Bois e Jorge Ingazeira	Mata Verde, Ramada da Quixabeira, Cajueiro e Caldeirões	Santo Izidro e Jardim
<b>Caprinos</b>	Riacho da onça		Malhada do Riachão, Serra Branca, Mata Verde, Ramada da Quixabeira, Cajueiro e Caldeirões	Barriguda e Santo Izidro
<b>Suínos</b>	-----	Jorge Ingazeira	Mata Verde e Cajueiro	-----

Em Afogados da Ingazeira que se apresenta como principal produtor de aves do território esta atividade não é desenvolvida no assentamento pesquisado.

Em relação à agricultura todos os assentamentos cultivam as lavouras temporárias de milho e feijão. Em Ingazeira, aparecem outras culturas nos assentamentos Riacho dos Bois (tomate, cebola, coentro e pimentão) e Jorge Ingazeira (batata doce e macaxeira).

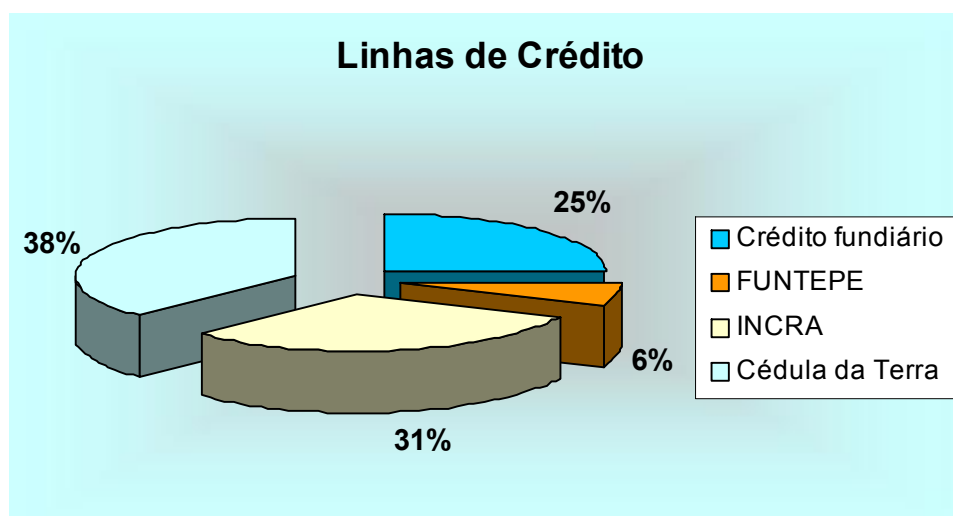
Quanto às lavouras permanentes apenas ocorre o cultivo em **Afogados da Ingazeira**, no Assentamento Riacho da Onça (banana, manga, pinha, goiaba, cana-de-açúcar, côco), em **Tuparetama**, no Assentamento Santo Izidro (cana-de-açúcar e côco) e em **Ingazeira**, no Assentamento Jorge Ingazeira (banana e laranja).

### 3.3. O acesso às Linhas de Crédito

Com históricos heterogêneos de luta ou simples fixações, em relação às linhas de crédito os assentamentos tiveram acessos diferenciados. Uma parte deles foi assentada pelo INCRA, (parece que esta frase não está completa) o

Programa Cédula da Terra comprou e distribuiu a terra com projetos de fomento e construção/melhoria de moradias, compra de animais, cercado das terras. Uma segunda parte dos assentamentos foi através do programa de Crédito Fundiário, que capacita os assentados, um assentamento passou pelo FUNTEPE – crédito estadual, neste caso, não houve acesso a fomento agrícola nem crédito de habitação.

O debate com os assentados/as revelou que há uma grande burocracia na liberação dos créditos, esta burocracia impede que os recursos cheguem às mãos dos assentados no período correto da safra, os projetos enviados demoram muito tempo sendo analisados e as formas de investimento nem sempre são corretas. Exemplo disso é o crédito para compra de animais, muitas vezes os assentados são obrigados a comprar de fazendeiros porque o recurso não vai para as mãos deles, acabam comprando mal e mais caro, ficam sem poder de negociação. Outra queixa refere-se ao fato de que os projetos elaborados para crédito são feitos de forma individual e não pela Associação, reforçando a cultura do individualismo nos assentamentos.



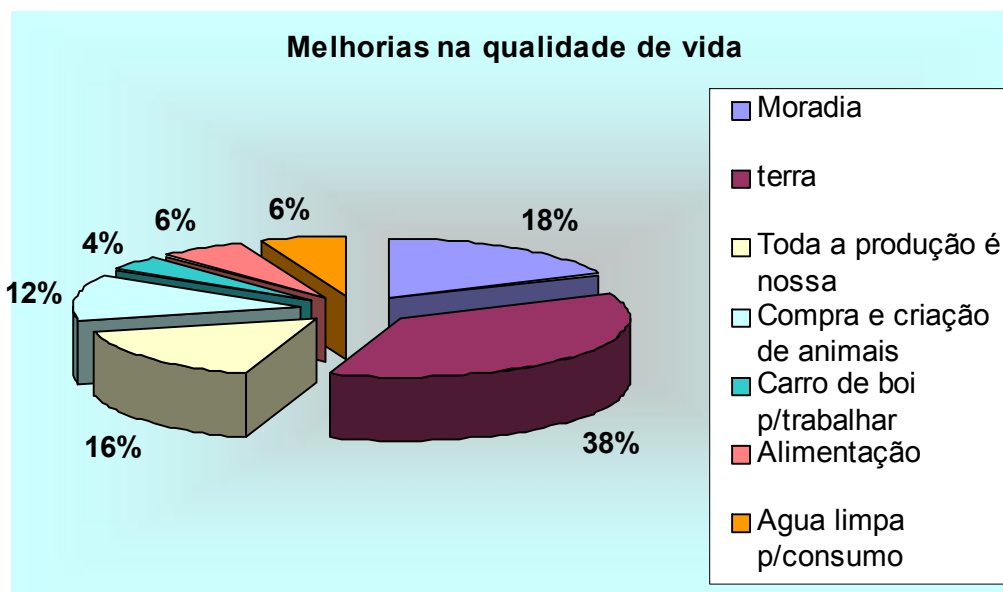
### 3.4. Divulgadores de Crédito

É interessante observar quem divulga o crédito para percebermos a inserção destes divulgadores na área do Pajeú. Nesse caso específico, sobressaíram dois grandes divulgadores, o INCRA e os Sindicatos Rurais, seguidos da EMATER, da FETAPE, da CPT e da Coopagel. O antigo programa Contacap, o CONDRUR e a CUT foram citados apenas uma vez.

### 3.5. Melhoria na Qualidade de vida a partir do acesso ao crédito

Os aspectos positivos do crédito são identificados principalmente como melhorias na qualidade de vida – ter terra e moradia são quesitos unânimes –

poder criar animais, produzir e melhorar a alimentação de si mesmos e dos familiares, especialmente dos filhos, mas o elemento fundamental para estes assentados/as é o fato de tornarem-se autônomos: “*tudo que produzimos é nosso*” (sic).



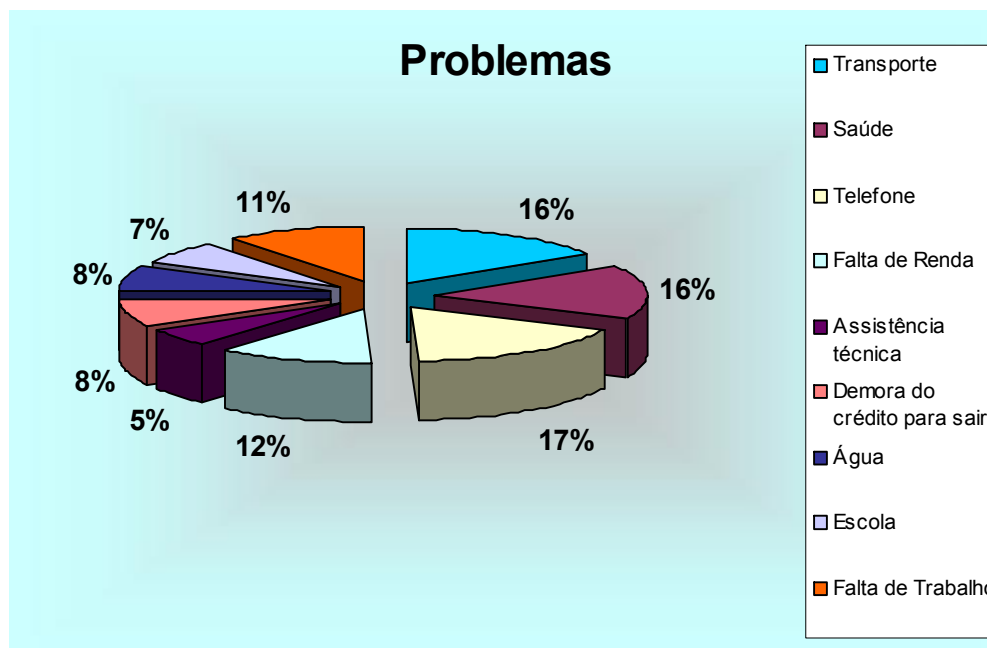
### 3.6. Os problemas que permanecem

Há, por outro lado, um amplo leque de problemáticas apontadas pelos assentados/as, que afetam o cotidiano, dentre as mais citadas encontra-se a necessidade de possuir recursos (dinheiro) para investir na produção e comercialização, além de ajudar na solução de problemas emergenciais como compra de remédios e transporte.

Com relação a este problema de *falta de renda* (sic) muitas explicações e argumentos foram apresentados. Muitos dos assentados/as eram trabalhadores assalariados, lidavam com dinheiro, agora tem trabalho e não salário, porque também não sabem ainda o que produzir, como produzir e como e aonde comercializar. Acabam muitas vezes caindo nas mãos dos atravessadores que freqüentemente visitam os assentamentos e as pessoas acabam vendendo os produtos por um preço injusto.

A assistência técnica é uma das questões cruciais para todo o ciclo produtivo, não raro sua ausência, ou pouca freqüência, provoca um aproveitamento precário dos já poucos recursos. Outro agravante é o fato de que os agregados e parceiros não são reconhecidos, não possuem terra, não tem acesso a crédito, enfim acabam ficando a margem do processo.

A falta de transportes que ligue a área rural à sede do município é, ao lado da ausência de telefones públicos, escolas, postos de saúde, atendimento médico, água e estradas um rol de problemas a serem considerados por “*uma política pública para a terra*”(sic).



### 3.7. Os motivos dos problemas

Segundo entrevistados é por não existir uma política pública para a terra que estes problemas persistem ao longo de décadas. Outra razão apontada para a existência destes problemas é segundo os próprios assentados/as a falta de organização, de iniciativa dos assentados/as. A descrença, o comodismo a falta de adaptação de alguns assentados/as que mantêm a situação do modo como se encontra atualmente.

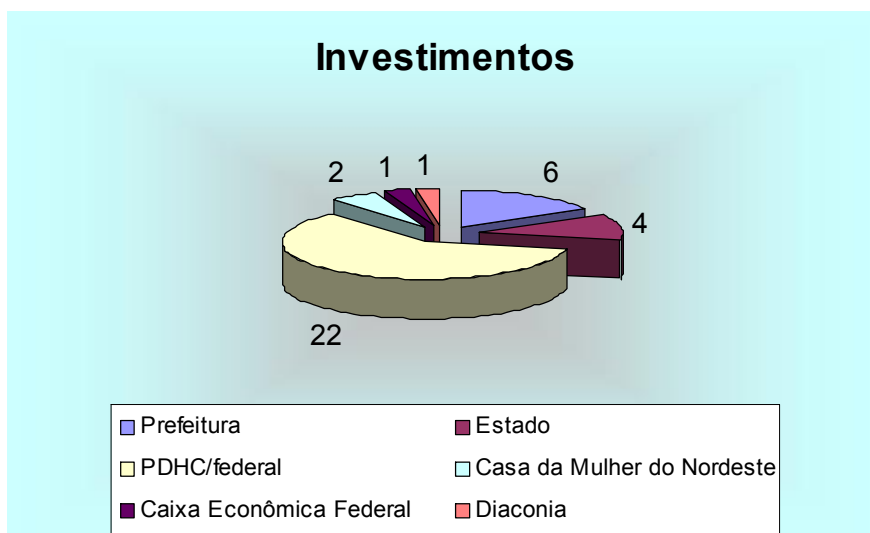
### 3.8. As práticas adotadas para enfrentamento dos problemas

Mesmo assim, práticas alternativas são desenvolvidas como modo de enfrentar estas situações: os carros de bois servem para carregar água nos locais de maior dificuldade de acesso, ou nos períodos de seca; alguns assentamentos organizam atendimento médico uma vez por mês em escolas ou na residência de uma família. Costumam ir até a sede do município para usar o telefone, alguns vão buscar transporte para levar os doentes mais graves para o médico; outros procuram serviços de municípios vizinhos para ser atendidos omitindo o próprio endereço.

### 3.9. Os investimentos realizados (serviços/benefícios realizados pelo poder público e por outras entidades)

Os maiores investimentos identificados foram feitos pelo Projeto Dom Hélder, seguido das Prefeituras e do Governo do Estado.

O Projeto Dom Hélder Câmara investe mais em Assistência Técnica, os recursos para investimento são escassos, o FISP – Fundo de investimento sócio-produtivo tem capacidade reduzida e demora a ser liberado.



*“Falta um projeto de continuidade, investimento em algo que dê resultado no futuro, não basta ter a terra, assistência técnica, comercialização, precisa transformar as pessoas em cidadãos, ter educação, se organizar, nunca houve uma preparação para a terra” (sic).*

O exemplo do INCRA, ele não quer dar continuidade e fazer outros investimentos necessários, faz uma parte, demora muito tempo para fazer as coisas.

Em alguns dos assentamentos pesquisados o poder público tem executado algumas ações, a maioria diz respeito a transporte para os estudantes e o programa agente de saúde, em dois casos foram construídas escolas e em outros o governo do Estado implantou energia elétrica (governo Arraes). Atualmente o Projeto Dom Hélder Câmara/MDA está investindo recursos na construção de cisternas, barragens subterrâneas e em alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos, através de parcerias com ONG's como a Casa da Mulher do Nordeste e entidades como a Diaconia).

### 3.10. As organizações existentes nos assentamentos

A organização dos assentados/as é bastante precária. Os assentamentos em geral possuem Associações, mas parece que estas não conseguem imprimir uma dinâmica mobilizatória necessária para a coesão social e desenvolvimento de ações coletivas.



Três assentamentos apresentaram grupos de jovens e apenas um apresentou grupo de mulheres o que denota uma fragilidade no processo de organização uma vez que estas populações no território e provavelmente nos assentamentos têm uma forte expressão.

Os assentamentos contam, atualmente e em alguns casos, com os mobilizadores sociais da FETAPE e com os representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os quais colaboram com o processo de comunicação local.

## 4. O Seminário Territorial

---

*Comentário: Seria bom revisar essa seção em função da 2ª seminário / oficina planejado*

O Seminário Territorial foi realizado nos dias 12 e 13 de julho de 2004, e contou com a participação de 23 assentados(as). Teve como objetivo desenvolver reflexões para a construção de processos de acompanhamento e avaliação das políticas de acesso a terra e desenvolvimento.

Este momento oportunizou aos assentados(as) um melhor conhecimento da realidade dos assentamentos que compõe a região, a avaliação coletiva de suas ações num momento histórico anterior e a reflexão sobre como se comportam hoje os assentados(as). Para este processo de reflexão foram propostas as seguintes questões que foram propostas:

- 1) O que é qualidade de vida para nós?
- 2) O que precisa mudar nas políticas de acesso a terra para se atingir esta qualidade de vida?
- 3) O que precisa mudar de nossa parte como assentado/as para conquistar a qualidade de vida?
- 4) O que esse grupo pode fazer como um primeiro passo, para melhorar a sua organização?

As respostas indicam que saúde, moradia, alimentação são responsáveis por qualidade de vida ao lado de direito integral a cidadania, ao crédito, a educação. Nas políticas de acesso a terra a principal questão já citada se refere ao crédito, e a forma como ele é estruturado; a necessidade de uma assistência técnica sistemática, desburocratização dos órgãos públicos e dos bancos, resolução dos problemas de água e energia.

Quanto ao que pode ser feito para melhorar a vida e a organização, os assentados(as) responderam que é necessário cobrar dos órgãos as ações para os assentamentos, mas que também é preciso aprender como se deve fazer a gestão da propriedade, produção e comercialização dos produtos, melhorar a organização da coletividade, ter uma política solidária, se reunir, articular todos os assentados no Território do Pajeú. Retomar a Comissão

Territorial com dois membros de cada assentamento e um técnico para dar acompanhamento, apoio do STR e FETAPE.

Na ocasião, o grupo de assentados(as) elaborou um plano de ação onde foi agendada uma Reunião Territorial com Representantes dos Assentados. Neste Plano de Ação foi construído o processo de mobilização para realizar a Reunião Territorial, ficando uma Comissão responsável para articular e difundir o processo. Os demais debates ocorridos foram incorporados no corpo do documento de modo a dar substância às questões apresentadas.

Por favor incluir uma secção que trata com o estabelecimento do Fórum Territorial e o desenvolvimento do Plano Territorial, o PRONAF – infra-estrutura as ações do Projeto Dom Helder e outras iniciativas do carácter territorial, e o significativo do processos des. Territorial para os assentados.

## **5. Recomendações para as Políticas Públicas**

---

Revisar essa secção em função dos resultados da oficina com os assentados em Novembro 2006.

O diagnóstico demonstrou ser um instrumento importante, um retrato do momento do que ocorre no meio rural, em especial no segmento dos assentados(as) de alguns municípios da região do Pajeú. Evidenciou o fato que alguns assentamentos ainda não possuem acompanhamento de assistência técnica, além das demais problemáticas de infra-estrutura, comercialização, estrutura das linhas de crédito e de conhecimento.

Muitas vezes as famílias são assentadas sem nenhum preparo, sem saber como proceder com a terra, sem saber o que é possível e viável produzir para gerar para as famílias. Constatou-se que é preciso um processo de educação para o homem do campo, para que ele possa produzir sem destruir a natureza e o seu próprio futuro.

A sobrevivência e a precariedade de orientação, capacitação dos assentados para lidar com a terra é tão grande, que muitos assentados/as estão promovendo pequenas queimadas para produzir carvão e vender como fonte de renda. A reversão deste quadro significa investimentos em assistência técnica, produção e comercialização e uma educação que promova mudança cultural.

O cenário apresentado demonstra que o acesso a terra ainda está limitado à posse, de fato não há uma política agrícola e agrária, que beneficie a vida destas pessoas de uma forma mais global, portanto. Comparando as condições de vida dos assentamento com os indicadores do Território, do Estado e do País não se pode afirmar que o desenvolvimento dos assentamentos na região do Pajeú presente bons indicativos de qualidade de vida.

Do ponto de vista metodológico a opção por entrevistar homens e mulheres adultos e jovens foi interessante, para verificar o envolvimento dos jovens e a sua compreensão do contexto em que vivem. O seminário de socialização e aprofundamento favoreceu um processo mais reflexivo, no qual pode se construir uma avaliação das ações presentes e repensar o futuro.

Deste modo, o diagnóstico contribuiu politicamente para refletir sobre a necessidade de recuperar a capacidade organizativa e mobilizatória dos assentados(as). Nesse sentido, os assentados criaram um grupo de trabalho que se propôs a rearticular a Comissão Territorial dos Assentados do Pajeú. Elaboraram um Plano de Trabalho com responsabilidades definidas, para que até meados de agosto (16 e 17 de agosto de 2004) realizem uma Reunião Territorial com representantes dos assentamentos para reformular a Comissão Territorial e elaborar as ações a serem desenvolvidas. (penso que isso já foi feito – seria possível atualizar?)

A problemática apresentada nos assentamentos faz parte de um contexto mais amplo do território do Pajeú e nesse sentido a sua superação depende da inserção dos assentados na ação de políticas públicas no próprio território, bem como da participação dos assentados em espaços de gestão social das políticas públicas que contribuem com o desenvolvimento rural, tais como os Conselhos de Desenvolvimento Rural e os Conselhos de Políticas Públicas.

Com base nos dados apresentados pelo diagnóstico do território e dos assentamentos pesquisados e nestas reflexões, elencamos propostas de ações para políticas públicas em apoio ao segmento dos assentados(as) no território. Estas reflexões sobre o contexto do território do Sertão do Pajeú e realidade dos assentamentos, bem como as propostas aqui apresentadas deverão ser discutidas com a Comissão Territorial dos Assentados no sentido de subsidiar suas ações na participação da gestão social de políticas públicas que contribuam com o desenvolvimento dos assentamentos. Esta discussão será feita por ocasião da realização da “**Oficina Interna de Capacitação dos Assentados**”, prevista para o mês de novembro de 2006.

### **Propostas**

Seria bom se pudessem sair da oficina uma recomendações concretas e prioritárias para a produção e comercialização, e a integração dos assentados no desenvolvimento econômico do território.

#### **Infra-estrutura Social**

- Articulação de programas de eletrificação rural, tais como o “Luz para Todos” do Ministério de Minas e Energias;
- Captação de recursos para construção de Centros Comunitários nos Assentamentos.
- Articulação da Telemar para implantação de telefonia rural nos assentamentos.

## **Processo de Organização**

- Fortalecer a comissão de assentados para melhor negociação de demandas no Fórum Territorial e Comitê do Projeto Dom Hélder no Pajeú;
- Fortalecimento de grupos de jovens e mulheres nos assentamentos.
- Maior envolvimento dos jovens e mulheres no processo de organização e desenvolvimento dos assentamentos, buscando ações de educação e acesso ao crédito, a exemplo do PRONAF Jovem e do PRONAF Mulher.
- Realização de encontros de jovens e de mulheres para discutir as políticas públicas de apoio a estes segmentos nas áreas de educação, saúde, produção e crédito rural.
- Articulação das lideranças dos assentamentos com os espaços públicos de discussão das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural (Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselhos de Desenvolvimento Municipal, Fóruns Territoriais de Desenvolvimento Rural)

## **Produção e Renda**

- Assistência técnica para desenho de estratégias para a inserção dos assentados (as) nos principais arranjos produtivos do território do Sertão do Pajeú (avicultura, caprinocultura, bovinocultura de corte e turismo):
  - formação profissional para jovens e adultos;
  - articulação de programas de crédito rural (Bancos, Projeto Renascer, PRONAF, Cooperativismo de Crédito);
  - Articulação com Escolas Agrotécnicas da Região para formação de jovens na perspectiva da assistência técnica local;
  - Capacitação dos assentados e grupos de produção em gestão da propriedade, tecnologias de produção e comercialização.
- Apoiar o fortalecimento de experiências de grupos de produção e associações na perspectiva de atuação e inserção nos principais arranjos produtivos do território.
- Fortalecer a atividade da avicultura nos assentamentos.
- Eletrificação rural nos assentamentos com capacidade para o desenvolvimento de atividades produtivas(trifásica);
- Realizar estudo para apontar estratégias de captação e armazenamento d'água nos assentamentos (barragens, barragens subterrâneas, poços).

- Capacitação e organização de grupos de artesanato na perspectiva de inserção no arranjo produtivo do turismo

### **Educação**

- Articulação com as Secretarias Municipais de Educação e Ong's locais para o mapeamento da população de 7 a 14 anos no sentido de identificar a demanda do ensino fundamental e realizar ações de reforma ou construção de escolas e capacitação de professores no atendimento a este público.
- Articular as Secretarias Municipais de Educação para discutir a proposta político pedagógica para a educação nos assentamentos, contextualizada com a realidade do campo e refletindo sobre a questão do meio ambiente.
- Implantar o Programa Arca das Letras nos assentamentos (onde ainda não existir);
- Implantação de Programas de Educação de adultos nos assentamentos (onde ainda não existir).

### **Saúde**

- Ações de melhoria da Infra-estrutura hídrica para segurança hídrica e desenvolvimento das atividades produtivas, articulando programas de apoio à infra-estrutura rural (PRONAF Infra-estrutura, P1MC entre outros);
- Articulação com as Secretarias Municipais de Saúde para identificação da demanda de instalação de equipes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde ou de Saúde da Família para o atendimento de saúde das famílias de assentados (visitas da equipe de saúde e implantação de Postos de Saúde Comunitários).

## 6. Anexos

Anexo 1: Quadro resumo dos assentamentos entrevistados

Município	Assentamento	Ano de Fundação	Área ( ha)	famílias assentadas	famílias agregadas
Iguaraci	Malhada do Riachão	1986	320	12	6
	Serra Branca I	1998	592	12	0
	Serra Branca II	Sem dados	s/informação	14	0
	Mata Verde	1992(ocupação) 2001(desapropriação)	2.660	41	0
	Ramada da Quixabeira	1992(ocupação) 1995(desapropriação)	672	13	1
	Cajueiro	Sem dados	300	11	3
	Caldeirões	Sem dados	2000	20	2
Afogados da Ingazeira	Riacho da Onça	1985	900	29	15
Tuparetama	Barriguda	Sem dados	317	19	0
	Santo Izidro	1986	250	8	5
	Sítios Barriguda, Cacimbinha e Riacho	Sem dados	237	10	0
	Jardim	1987(ocupação) 1997(desapropriação)	225	8	3
Ingazeira	Bom Nome	Sem dados	504	20	14
	Riacho dos Bois	Sem dados	360	18	12
	Jorge Ingazeira	Sem dados	1.214	41	16
	Riachão	1998	588	24	0
<b>TOTAL</b>			<b>10.227</b>	<b>300</b>	<b>77</b>

## Anexo 2 : Formulários de Entrevista

Anexo 3: População do território

**Tabela1 : População do Território, 1991-2000**

Município	1991			2000			Densidade demográfica, 2000
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
Afogados da Ingazeira	29617	18222	11395	32922	23149	9773	85,3
Brejinho	7403	1865	5538	7278	2389	4889	85,5
Calumbi	6878	1629	5249	7079	1914	5165	32,4
Carnaíba	25.931	4601	13882	17696	6560	11136	41,1
Flores	21810	5285	16525	20823	8139	12684	21,6
Iguaraci	11239	4531	6708	11486	5308	6178	14,8
Ingazeira	4430	1700	2730	4567	2128	2439	18,5
Itapetim	15658	6881	8777	14766	7591	7175	36
Mirandiba	12867	4995	7872	13122	6375	6747	
Quixabá	7448	990	6458	6855	2038	4817	31,7
Santa Cruz da Baixa Verde	11432	4417	7015	10893	4147	6746	119,2
Santa Terezinha	9.748	4.508	5.240	10.251	5.868	4.383	46,6
São José do Belmonte	31.015	11.385	19.630	31.652	14.763	16.889	
São José do Egito	28.676	15.415	13.261	29.468	17.695	11.773	37,6
Serra Talhada	72.341	43.394	28.947	70.912	49.615	21.307	23,9
Sertânia	31.510	15.528	15.982	31.657	11.047	14.610	42,3
Solidão	5.779	986	4.793	5.532	1.303	4.229	
Tabira	22.726	13.054	9.672	24.065	15.944	8.121	61,1
Triunfo	16242	5242	11000	15135	6561	8574	83
Tuparetama	7110	4937	2173	7766	5806	1960	33,5
<b>TOTAL</b>	<b>379.860</b>	<b>169.565</b>	<b>202.847</b>	<b>373.925</b>	<b>198.340</b>	<b>169.595</b>	

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000



Anexo4 : População de Agricultores Familiares, assentados e acampados

**População Agricultores familiares, acampados e assentados**

<b>Município</b>	<b>Agricultores Familiares IBGE</b>	<b>Famílias acampadas INCRA</b>	<b>Famílias Assentadas INCRA</b>	<b>Demanda Social</b>
Afogados da Ingazeira	2313	37	29	2379
Brejinho	878	0	0	878
Calumbi	1027	0	0	1027
Carnaíba	2460	0	22	2482
Flores	2822	25	43	2890
Iguaraci	1170	39	86	1295
Ingazeira	789	0	59	848
Itapetim	1834	0	0	1834
Mirandiba	1270	272	0	1542
Quixaba	1597	28	0	1625
Santa Cruz da Baixa Verde	1972	0	0	1972
Santa Terezinha	770	0	0	770
Sao Jose do Belmonte	3551	99	330	3980
São Jose do Egito	2188	60	0	2248
Serra Talhada	4398	388	86	4872
Sertania	2115	57	43	2215
Solidão	823	0	0	823
Tabira	1581	0	0	1581
Triunfo	1867	0	0	1867
Tuparetama	425	0	27	452
<b>TOTAL</b>	<b>35.850</b>	<b>1.005</b>	<b>725</b>	<b>37.580</b>

Fonte: Sistema de informações Territoriais da SDT, 2006

Anexo 5 - Índice de Desenvolvimento Humano(IDH)

**Tabela – Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano(IDH), 1990-2000**

Lugar no Ranking	1991		2000		
	Município	IDHM	Lugar no Ranking	Município	IDHM
1º	Triunfo	0,607	1º	Triunfo	0,714
2º	São José do Egito	0,598	2º	Afogados da Ingazeira	0,683
3º	Afogados da Ingazeira	0,596	3º	Serra Talhada	0,682
4º	Serra Talhada	0,591	4º	Tuparetama	0,662
5º	Sertânia	0,575	5º	São José do Egito	0,657
6º	Tuparetama	0,562	6º	Santa Cruz da Baixa Verde	0,655
7º	Mirandiba	0,548	7º	Sertânia	0,648
8º	Tabira	0,543	8º	Ingazeira	0,638
9º	Santa Cruz da Baixa Verde	0,531	9º	Mirandiba	0,636
10º	São José do Belmonte	0,521	10º	São José do Belmonte	0,635
11º	Itapetim	0,521	11º	Tabira	0,63
12º	Ingazeira	0,514	12º	Itapetim	0,62
13º	Iguaraci	0,51	13º	Flores	0,613
14º	Flores	0,502	14º	Iguaraci	0,604
15º	Santa Terezinha	0,498	15º	Santa Terezinha	0,602
16º	Carnaíba	0,493	16º	Brejinho	0,586
17º	Quixabá	0,487	17º	Carnaíba	0,583
18º	Solidão	0,482	18º	Solidão	0,581
19º	Brejinho	0,48	19º	Quixabá	0,581
20º	Calumbi	0,476	20º	Calumbi	0,58
<b>MEDIA TERRITORIO</b>		<b>0,532</b>	<b>MÉDIA TERRITORIO</b>		<b>0,630</b>

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Anexo 6: Analfabetismo no território

Município	2000			
	Percentual de crianças de 10 a 14 anos analfabetas	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetas, 2000	Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas
Afogados da Ingazeira (PE)	10,04	4,11	8,07	36,78
Brejinho (PE)	14,64	11,01	17,53	46,1
Calumbí (PE)	18,42	12,62	20,23	48,58
Carnaíba (PE)	7,7	8,58	13,76	43,38
Flores (PE)	7,63	6,15	16,88	46,73
Iguaraci (PE)	10,17	8,96	17,29	42,3
Ingazeira (PE)	10,67	8,6	17,11	39,56
Itapetim (PE)	7,33	6,61	15,62	34,5
Mirandiba (PE)	15,54	8,19	15,64	39,32
Quixabá (PE)	10,96	6,58	17,28	44,16
Santa Cruz da Baixa Verde (PE)	7,84	5,18	8,12	36,67
Santa Terezinha (PE)	13,59	11,06	14,33	41,54
São José do Belmonte (PE)	16,33	13,81	15,22	41,89
São José do Egito (PE)	10,46	6,16	15,19	35,42
Serra Talhada (PE)	12,6	8,34	13,65	32,5
Sertânia (PE)	13,86	10,89	16,98	41,3
Solidão (PE)	16,05	9,58	17,52	47,55
Tabira (PE)	15,57	14,21	13,3	35,8
Triunfo (PE)	4,29	4,28	7,04	26,71
Tuparetama (PE)	8,06	6,64	10,7	36,41
<b>MÉDIA TERRITÓRIO</b>	<b>11,5875</b>	<b>8,578</b>	<b>14,573</b>	<b>39,86</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000

Anexo 7: Alfabetização no Território

<b>Município</b>	<b>Taxa de alfabetização, 1991</b>	<b>Taxa de alfabetização, 2000</b>
Afogados da Ingazeira	61,7	70,52
Brejinho	50,25	64,45
Calumbí	45,16	59,54
Carnaíba	48,75	62,28
Flores	48,91	61,83
Iguaraci	52,78	65,02
Ingazeira	55,25	66,95
Itapetim	56,23	69,92
Mirandiba	55,7	66,56
Quixabá	47,46	64,04
Santa Cruz da Baixa Verde	55,81	70,22
Santa Terezinha	54,07	66,37
São José do Belmonte	49,7	64,34
São José do Egito	61,71	70,93
Serra Talhada	57,3	70,47
Sertânia	55,28	66,43
Solidão	51,47	63,89
Tabira	59,66	69,07
Triunfo	65,12	77,29
Tuparetama	59,36	69,08
<b>MÉDIA TERRITÓRIO</b>	<b>54,58</b>	<b>66,96</b>

### Anexo 8 : Condições de Vida no Território

Município	1991				2000			
	Mortalidade até um ano de idade	Esperança de vida ao nascer	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	Mortalidade até um ano de idade	Esperança de vida ao nascer <sup>0</sup>	Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	Probabilidade de sobrevivência até 60 anos
Afogados da Ingazeira	52,23	64,31	84,22	70,81	42,39	68,66	89,56	77,67
Brejinho	89,63	56,21	74,92	57,58	73,83	61,78	82,65	65,89
Calumbí	78,44	58,39	77,55	61,09	73,83	61,78	82,65	65,89
Carnaíba	86,32	56,84	75,68	58,59	73,83	61,78	82,65	65,89
Flores	69,97	60,16	79,73	64,12	52,76	66,16	87,21	73,44
Iguaraci	87,79	56,56	75,34	58,14	73,83	61,78	82,65	65,89
Ingazeira	77	58,68	77,9	61,57	60,04	64,56	85,6	70,68
Itapetim	82,01	57,68	76,7	59,94	71,55	62,22	83,13	66,64
Mirandiba	53,84	63,91	83,79	70,14	45,66	67,84	88,81	76,29
Quixabá	78,44	58,39	77,55	61,09	73,83	61,78	82,65	65,89
Santa Cruz da Baixa Verde	69,97	60,16	79,73	64,12	42,56	68,61	89,52	77,6
Santa Terezinha	93,69	55,46	73,99	56,39	73,63	61,82	82,69	65,95
São José do Belmonte	58,87	62,68	82,46	68,12	45,66	67,84	88,81	76,29
São José do Egito	52,23	64,31	84,22	70,81	47,24	67,46	88,45	75,64
Serra Talhada	52,23	64,31	84,22	70,81	40,58	69,12	89,98	78,45
Sertânia	53,84	63,91	83,79	70,14	47,35	67,43	88,43	75,6
Solidão	78,44	58,39	77,55	61,09	73,83	61,78	82,65	65,89
Tabira	82,01	57,68	76,7	59,94	58,58	64,87	85,92	71,22
Triunfo	47,64	65,51	85,46	72,77	30,67	71,84	92,31	82,95
Tuparetama	71,61	59,81	79,22	63,41	45,63	67,85	88,82	76,3
<b>MEDIA TERRITORIO</b>	<b>70,81</b>	<b>60,1675</b>	<b>79,536</b>	<b>64,0335</b>	<b>57,364</b>	<b>65,348</b>	<b>86,257</b>	<b>72,003</b>

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Anexo 9 : Condição Legal das Terras

<b>Município</b>	<b>Terras Próprias</b>	<b>Terras Arrendadas</b>	<b>Terras em Parceria</b>	<b>Terras Ocupadas</b>
Afogados da Ingazeira	26.381,43	266,319	682,767	3.014,73
Brejinho	7.553,51	10,302	607,101	793,261
Calumbí	9.487,55	14,259	208,165	458,24
Carnaíba	21.880,33	33,5	883,543	1.494,28
Flores	47.886,95	358,734	1.575,50	3.179,14
Iguaraci	49.209,62	192,3	714,225	3.550,28
Ingazeira	20.412,87	9	166,87	517,55
Itapetim	31.919,59	89,84	971,52	2.954,09
Mirandiba	37.535,27	31,586	1.202,40	4.125,46
Quixabá	11.485,77	41,853	1.002,31	1.440,87
Santa Cruz da Baixa Verde	7.029,84	171,213	1.057,99	1.139,73
Santa Terezinha	12.641,65	22	450,712	632,041
São José do Belmonte	73.590,59	279,118	4.138,47	7.901,40
São José do Egito	42.549,49	192,302	1.113,07	5.310,73
Serra Talhada	158.460,89	790,396	7.091,01	20.654,42
Sertania	173.967,00	80	77,1	9.875,36
Solidão	6.809,08	14,235	430,519	1.462,22
Tabira	21.481,61	288,44	614,365	4.030,39
Triunfo	9.460,64	530,651	369,343	1.539,92
Tuparetama	19.279,79	4	100,735	797,34
<b>TOTAL</b>	<b>789.023,44</b>	<b>3420,048</b>	<b>23457,7</b>	<b>74.871,44</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1996

### Anexo: Infra-estrutura Social nos Assentamentos

Município	Assentamento	Eletrificação	Salão Comunitário	posto de saúde	Biblioteca Arca das Letras	Escola
Iguaraci	Malhada do Riachão	0	0	0	0	1
	Serra Branca I	0	1	0	0	0
	Serra Branca II	quantidade não especificada	0	0	0	0
	Mata Verde	0	0	0	0	0
	Ramada da Quixabeira	0	0	0	0	0
	Cajueiro		0	0	0	0
	Caldeirões	0	0	0	0	1
Afogados da Ingazeira	Riacho da Onça	25	1	0	1	2
Tuparetama	Barriguda	0	0	0	0	0
	Santo Izidro	0	1	0	0	0
	Sítios Barriguda, Cacimbinha e Riacho	0	0	0	0	0
	Jardim	quantidade não especificada	0	0	0	0
Ingazeira	Bom Nome	0	1	0	0	1
	Riacho dos Bois	0	1	0	1	1
	Jorge Ingazeira	0	2	1(desativado)	0	1
	Riachão	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>			<b>7</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>7</b>

Anexo 10 : Infra-estrutura hídrica nos assentamentos pesquisados

Município	Assentamento	Infra-estrutura Hídrica						
		Açude	Barragem Subterrânea	Barragem	Poço artesiano	Poço Tubular	Adutora	cisterna
Iguaraci	Malhada do Riachão	3	0	0	3	3(1 privado)	0	12( 03 de calçada e 9 de placa)
	Serra Branca I	0	0	0	0	2(não func.)	0	0
	Serra Branca II	1	0	0	0	1	0	0
	Mata Verde	18	1	0	3	11	0	16
	Ramada da Quixabeira	1	0	1	0	2	0	0
	Cajueiro	1	0	2(barreiros )	0	2	0	0
	Caldeirões	0	0	3	0	3	0	Quantidade não especificada
Afogados da Ingazeira	Riacho da Onça	5	0	0	5	4	0	0
Tuparetama	Barriguda	1	0	0	1	0	0	0
	Santo Izidro	2	1	0	0	4	0	0
	Sítios Barriguda, Cacimbinha e Riacho	0	0	0	0	0	0	0
	Jardim	0	0	2	1	0	0	Quantidade não especificada
Ingazeira	Bom Nome	0	0	3	1	1	0	0
	Riacho dos Bois	0	0	2	2	2	0	0
	Jorge Ingazeira	4	1	0	1	1	1	0
	Riachão	2		0	1	1	0	24(placa)
<b>TOTAL</b>		<b>38</b>	<b>35</b>	<b>10</b>	<b>18</b>	<b>32</b>	<b>1</b>	<b>-----</b>



Anexo 11: Infra-estrutura Produtiva nos Assentamentos

Município	Assentamento	ensiladeira	debulhadeira	forrageira	siló	balança	arado	cultivador	pulverizador	armazém	moinho de milho	estojo de vacinas animais	estábulo para bovinos	motor a diesel
Iguaraci	Malhada do Riachão	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
	Serra Branca I	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
	Serra Branca II	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
	Mata Verde	0	0	0	5	0	0		0	0	0	0	5	0
	Ramada da Quixabeira	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
	Cajueiro	0	1	1	4	1	não foi quantificado	não foi quantificado	0	0	0	0	0	1
	Caldeirões	0	0	0	0	0			0	2	0	0	0	0
Afogados da Ingazeira	Riacho da Onça	0	1	1	3	1			0	0	0	0	0	0
Tuparetama	Barriguda	1	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0
	Santo Izidro	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0
	Sítios Barriguda, Cacimbinha e Riacho	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0
Tuparetama	Jardim	0	0	0	0	0			0	0	0	0	0	0
Ingazeira	Bom Nome	0	1	0	0	0			1	0	0	0	0	0
	Riacho dos Bois	0	1	1	0	0		x	1	1	0	1	0	0
	Jorge Ingazeira	0	1	1	0	0	1		1	0	1	0	0	0
	Riachão	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>2</b>			<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>1</b>